Quinta-feira, 23 de abril de 2026 **I Série — Número 81**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE ABRIL DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Maria Germana de Sousa Rocha
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Gonçalo Nuno Raio Valente e Henrique

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de um Deputado do PS.

Ao abrigo do artigo 227.º do Regimento, procedeu-se ao debate da Interpelação ao Governo n.º 2/XVII/1.ª (L) — Prognóstico reservado: o SNS após dois anos de governação da AD, tendo proferido intervenções de abertura o Deputado Paulo Muacho (L) e a Ministra da Saúde (Ana Paula Martins).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, a Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo) e os Deputados Joana Cordeiro (IL), Isabel

Fernandes (PSD), Filipa Pinto (L), Mariana Leitão (IL), Carlos Pereira (PS), Paula Santos (PCP), Ana Oliveira (PSD), Pedro dos Santos Frazão (CH), Patrícia Gonçalves (L), Inês de Sousa Real (PAN), Sofia Andrade (PS), Filipe Sousa (JPP), Marta Martins da Silva (CH), Francisco Sousa Vieira (PSD), Patrícia Carvalho (CH), Irene Costa (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Matos (PS), Rodrigo Alves Taxa, José Barreira Soares e Pedro Pinto (CH), Fabian Figueiredo (BE), Susana Correia (PS), Miguel Guimarães (PSD), Rodrigo Saraiva (IL) e Paulo Muacho (L).

Encerraram o debate a Deputada Isabel Mendes Lopes (L) e a Ministra da Saúde.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 49 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde.

Eram 15 horas.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias, para acesso do público.

Pausa.

Cumprimento os Srs. Ministros e os restantes Membros do Governo.

Pedia aos Srs. Deputados e às Sr.as Deputadas o favor de se sentarem, para podermos dar início à nossa ordem do dia.

Peço à Sr.ª Secretária da Mesa, Germana Rocha, o favor de ler o expediente que tem.

A Sr.ª **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente, nos termos do Parecer n.º 2, da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, informa-se sobre a retoma do mandato do Sr. Deputado Pedro Nuno de Oliveira Santos (Círculo Eleitoral de Aveiro), no dia 22 de abril, inclusive.

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.ª **Secretária** (Germana Rocha): — Informo ainda a Câmara de que já se encontram disponíveis, no portal da Assembleia da República, as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a última sessão. É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então dar início ao nosso ponto da ordem do dia, que consiste na Interpelação ao Governo n.º 2/XVII/1.ª (L) — Prognóstico reservado: o SNS após dois anos de governação da AD.

Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, preciso de dar início aos trabalhos e preciso de ter silêncio no Hemiciclo.

Pausa.

Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, para a intervenção inicial.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Ministra da Saúde, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Caros Concidadãos nas galerias: Na abertura deste debate, quero começar por saudar quem, a esta hora e em todas as horas, aguenta o Serviço Nacional de Saúde, quem está a atender uma chamada na linha SNS (Serviço Nacional de Saúde) 24,…

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Parece o Chega!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … quem está a fazer uma visita domiciliária num centro de saúde do Interior, quem está a fazer a triagem de um doente na urgência, quem está, neste momento, a operar ou a acompanhar um parto. São estas trabalhadoras e estes trabalhadores, médicos, enfermeiros, técnicos, assistentes operacionais, psicólogos, farmacêuticos, que, há mais de 46 anos, mantêm viva esta grande conquista de abril: o Serviço Nacional de Saúde geral e tendencialmente gratuito e universal.

Aplausos do L.

É em nome dessa conquista e de todos os portugueses cujas vidas são salvas todos os dias que propomos este debate e queremos fazer este diagnóstico de dois anos de governação da AD (Aliança Democrática) na saúde.

Um diagnóstico terá de ser necessariamente duro e crítico, porque a realidade é, também ela, dura e crítica. Contudo, um diagnóstico deve ser também propositivo.

Olhemos para o SNS, não como um conjunto de gráficos ou de tabelas de *Excel* ou de indicadores, mas pelos olhos do percurso de uma cidadã comum. Por detrás de cada indicador está alguém que espera, alguém que adoece, alguém que desiste, alguém que vê a sua vida diretamente afetada pelo funcionamento do SNS, alguém que vê a sua vida afetada pelas políticas deste Governo.

Chamemos a esta utente Maria. A Maria vive em Vila Franca de Xira e não tem médico de família atribuído.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É apenas mais uma das mais de 115 mil pessoas sem médico de família atribuído, na ULS (Unidade Local de Saúde) Estuário do Tejo, uma em 1,6 milhões de pessoas que continuam sem médico de família em Portugal.

Sem resposta nos cuidados de proximidade, a Maria faz o que milhões de pessoas fazem: dirige-se à urgência. Mas qual é a sua surpresa, quando, à porta, lhe dizem que tem de ligar primeiro para a linha SNS 24. «Ligue antes, salve vidas», no caso da Maria, significa uma porta fechada. Se estivermos em dezembro de 2025, a Maria terá provavelmente esperado mais de 10 minutos para poder ser atendida nesta linha, como a média dos portugueses que ligaram naquele mês.

Em 2025, registaram-se milhões de episódios de urgência nos hospitais, não porque as pessoas gostem de ir às urgências, mas porque não encontram alternativa. Para a Maria e para tantos outros, isto significa longas horas de espera numa sala cheia e a sensação de que o sistema só reage quando já não há margem.

Se a Maria tiver ido à urgência do Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, e lhe tiver sido atribuída uma pulseira amarela, pode ter esperado 12 horas. Se a Maria tiver adoecido no pico da gripe e se se tiver dirigido ao Hospital de Santa Maria, em Lisboa, pode ter esperado mais de 16 horas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Rui Tavares vai ao privado, que é mais fácil!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Porém, a Maria está grávida e vive no Barreiro. Aqui, ela também não tem médico de família e vê-se obrigada a acompanhar a gravidez em unidades diferentes,…

Protestos dos Deputados do CH Pedro Pinto e Marta Martins da Silva.

… sem uma equipa de saúde familiar que a acompanhe, e isto causa-lhe, como é de esperar, muita angústia — angústia que aumentou com a notícia do fecho da urgência de obstetrícia do Hospital do Barreiro. Sem uma equipa de saúde familiar, sem a urgência de proximidade, a Maria vive numa região onde, se tiver qualquer complicação, vai ser enviada para Almada, a 35 km de distância.

Em 2025, o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) realizou 277 partos em situações de urgência pré-hospitalar, com partos em ambulâncias, na rua e em casa, números que aumentaram de forma preocupante nestes últimos anos.

Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.

Para a Maria, isto não são só estatísticas; é um risco que ela corre, como tantas outras mulheres que vivem nesta região e que vivem em Portugal.

A Maria teve o seu bebé e vive em Leiria. Se o filho adoece, a urgência pediátrica do hospital funciona apenas com referenciação, uma maneira muito simpática que o Governo encontrou de dizer que continua a não ter profissionais suficientes para manter a porta aberta, no serviço de urgência.

A Maria vive no Alentejo e, se precisar de uma consulta prioritária de dermatologia, vai ter de esperar 1353 dias, mais de três anos para poder ter esta consulta.

Se a Maria tiver um AVC (acidente vascular cerebral) e perder a autonomia, a equipa hospitalar vai propor a referenciação para a rede de cuidados continuados, mas ela vai ter de esperar, porque tem 1792 pessoas à sua frente à espera de vaga — são os dados que temos do final de 2022.

Se a situação se agravar e já não houver uma perspetiva de cura, a Maria vai confrontar-se com a realidade dos cuidados paliativos. Hoje, 70 % dos utentes não têm acesso em tempo útil a cuidados paliativos e, em vários casos, mais de metade morre, antes de conseguir uma vaga numa unidade desta rede.

Sr.ª Ministra, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, a Maria não é uma personagem ficcional. A Maria são todas as pessoas que, todos os dias, precisam do SNS e não encontram uma resposta adequada.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O nosso Serviço Nacional de Saúde enfrenta três problemas principais: um problema de gestão, um problema de recursos e um problema de autonomia.

Enfrenta um problema de gestão, porque o SNS está cada vez mais dependente da contratação de profissionais através de empresas externas e de um planeamento das necessidades de recursos humanos que foi substituído pelo improviso, e esse improviso sai caro ao Estado, sai caro a todos nós, a cada ano mais.

Enfrenta um problema de recursos, porque a suborçamentação na saúde é crónica e as cativações no Orçamento do Estado tornam este Orçamento uma verdadeira ficção administrativa. Todos os anos, o Orçamento do Estado para a saúde aumenta, mas, simultaneamente, temos um Diretor Executivo do SNS que dá instruções às ULS para reduzirem a atividade assistencial.

E enfrenta um problema de autonomia, porque as administrações hospitalares das Unidades Locais de Saúde continuam a ser geridas como se fossem extensões do gabinete ministerial da Sr.ª Ministra e, na maioria dos casos, as nomeações que são feitas para estes cargos são nomeações com cartão partidário.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Vocês votam contra!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É de todos estes problemas que surge o embuste habitual das bancadas mais à direita…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Cá estamos!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … para a solução de todos os problemas: chamar os privados para resolver os problemas do público.

Protestos da IL.

Sem qualquer dado, sem qualquer evidência que o demonstre, privatizam-se os centros de saúde, privatizam-se os hospitais. Se há listas de espera,…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … enviam-se os doentes para o privado;…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É aonde tu vais!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … se há internamentos sociais, chamamos os privados a resolver.

Sr.as e Srs. Deputados, faz lembrar aquilo que José Saramago dizia: «Privatize-se tudo!» e mais alguma coisa. No fim, todos sabemos quem é que vai pagar a conta.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É aonde vocês vão!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês devem 3000 à Assembleia!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não ignoramos os problemas do SNS, não ignoramos que muitos desses problemas já vinham de trás e também não ignoramos que esta década será marcada pelos efeitos que a pandemia da covid-19 teve e continua a ter nos serviços de saúde e nos profissionais do SNS.

Porém, um Governo que anuncia que, em 60 dias, terá um Plano de Emergência e Transformação da Saúde e que, ao fim de dois anos, não resolveu nenhuma emergência, não transformou coisa nenhuma e não resolveu nenhum problema, é um Governo que falha e que não dá resposta aos problemas.

Aplausos do L.

Esses problemas estão identificados, os diagnósticos estão feitos, faltam as medidas e a sua implementação. Da nossa parte, não temos dúvidas em afirmar: o Governo da AD falhou, falha e continuará a falhar…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … enquanto não resolver os problemas da saúde, na sua raiz, e enquanto insistir numa governação cheia de anúncios e de medidas pouco concretas.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.as e Srs. Deputados, se o SNS é uma das mais belas conquistas do nosso regime democrático — e é! —, nós não temos dúvidas em defendê-lo e, mais do que defendê-lo, prepará-lo para os desafios do mundo atual, prepará-lo para o futuro e recentrá-lo nos utentes, em todas as Marias deste País, porque é a elas que nós devemos servir.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde. Faça favor.

A Sr.ª **Ministra da Saúde** (Ana Paula Martins): — Muito boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, Caros Membros do Governo. A resposta às urgências é um teste decisivo ao nosso Serviço Nacional de Saúde, e não podemos falhar quando os cidadãos mais precisam.

Hoje, muitos serviços, sobretudo na urgência central e na psiquiatria, continuam a operar com carências que comprometem a qualidade, a segurança e a dignidade dos cuidados. Este Governo não se resigna a essa realidade.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Agimos. Por isso, vamos avançar com um programa de incentivo financeiro para a requalificação das urgências do SNS, com 50 milhões de euros até 2027, dirigido às áreas onde a pressão é maior e a resposta é mais urgente. O despacho está pronto. Será publicado nos próximos dias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É uma medida concreta para as Marias concretas do País onde estamos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Trata-se de uma intervenção com critérios claros, com rigor na aplicação dos recursos públicos e focada em resultados concretos: melhores condições para doentes e profissionais, mais humanismo, mais segurança e maior capacidade na resposta.

Não estamos a anunciar intenções, estamos a resolver problemas que se arrastam há anos e que fragilizam a confiança no Serviço Nacional de Saúde.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Este é um passo firme, um passo necessário, um passo que reforça — e também reforma — um Serviço Nacional de Saúde mais digno, mais moderno e à altura dos portugueses e das portuguesas, muitos dos quais aqui, hoje, se encontram.

A verdade é clara: há serviços de urgência cujas infraestruturas não conhecem obras há mais de 30 anos. Esta realidade é inaceitável e põe em causa, todos os dias, não só a qualidade do trabalho dos profissionais, mas também a segurança e a dignidade da assistência prestada aos doentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Este Governo não está aqui por estar. Está aqui para resolver problemas concretos, que se arrastam, insisto, há demasiados anos. Se não fosse assim, não valeria a pena. O plano de requalificação das urgências insere-se plenamente neste contexto de responsabilidade e de ação.

Importa também olhar para o Serviço Nacional de Saúde com rigor e com verdade. Hoje, o Serviço Nacional de Saúde acompanha mais portugueses do que nunca.

Só nos cuidados de saúde primários, temos mais 202 000 utentes com médico de família do que em 2025 e mais de 153 000, face a 2023. Este é um sinal claro do reforço da cobertura, mas também, é verdade, de maior pressão, porque o número total de utentes inscritos aumentou em mais de 229 000 pessoas, no mesmo período.

Quando analisamos a atividade assistencial, é fundamental não retirar conclusões apressadas. A redução de 6,1 % nas consultas dos cuidados primários deve-se, em grande medida, a fatores concretos: menos dias úteis e condições climatéricas adversas, neste primeiro trimestre. Ainda assim, quando comparamos com 2023, há mais 4,4 % de consultas realizadas, ou seja, o SNS está a produzir mais, num contexto de maior pressão e cada vez mais exigente.

Aplausos do PSD.

Também nos hospitais os dados exigem leitura responsável. Houve uma redução pontual da atividade, face a 2025, explicada pelo impacto do pico da gripe e pela suspensão da atividade programada.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Ah!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Porém, quando comparamos com 2023, temos mais consultas, mais cirurgias e maior capacidade de resposta global.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Isto demonstra, Sr.as e Srs. Deputados, portugueses que nos estão a ouvir, que o sistema não está a recuar, está a adaptar-se, como têm de se adaptar todos os sistemas na Europa, a uma procura crescente e mais complexa.

Há sinais claros de melhoria onde mais importa. Nos serviços de urgência, de que há pouco se falava, registamos menos tempos de espera, menos episódios não urgentes,…

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Menos episódios não urgentes, porque até lá morrem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … com uma redução muito significativa, face a 2024, e muito menos dias de encerramento. Hoje, no dia em que estamos aqui a falar, não há uma urgência encerrada em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não há, não há! Isto significa uma resposta mais rápida, mais eficaz e mais orientada para quem realmente precisa.

Por compromisso com a transparência e com a verdade dos dados, importa apresentar não apenas os resultados positivos, mas também aqueles que revelam maior pressão e desafios no sistema e que têm, naturalmente, de exigir o nosso maior esforço.

Até fevereiro, o número total de consultas hospitalares registou uma ligeira diminuição, face a 2025, embora se mantenha acima de 2023. Esta variação resulta, em parte, de fatores conjunturais, como a menor disponibilidade de dias úteis. Ainda assim, destaca-se o crescimento acumulado das consultas subsequentes, face a 2023, e verifica-se uma redução das primeiras consultas e das consultas subsequentes, em termos homólogos, bem como uma quebra nas referenciações provenientes dos cuidados de saúde primários.

Em contraciclo, aumentaram os pedidos em lista de espera para consulta, o que evidencia maior pressão sobre o sistema, apesar de uma ligeira quebra pontual em fevereiro.

Também é preciso dizer que estamos a retomar os rastreios, e os rastreios são um investimento determinante para detetarmos, de forma precoce, aquilo que pode ser tratado, que pode gerar sobrevivência e que pode dar qualidade de vida às nossas pessoas.

Aplausos do PSD.

Protestos do BE.

Na atividade cirúrgica, regista-se uma diminuição das intervenções programadas, face a 2025 — é verdade! —, mas com uma evolução sempre positiva, quando comparado com 2023. Esta variação reflete, sobretudo, o impacto de constrangimentos sazonais, designadamente o pico de gripe e o necessário reajustamento da atividade não urgente.

Nos cuidados continuados, a resposta que hoje temos não é aquela que todos desejamos, mas também aqui os dados mostram que estamos a avançar. A rede cresceu com mais 420 lugares, face a 2025, e mais 1800 lugares, face a 2023, mais utentes admitidos e maior rotatividade das camas. Há uma grande pressão nas listas de espera, mas isso também reflete a identificação das necessidades e a melhor articulação entre os serviços da saúde e da segurança social.

Quero ser clara com todos: tudo está a ser feito para reforçar esta resposta e aproximá-la do nível que os portugueses merecem.

Já finalizando, também no acesso ao medicamento há um sinal muito claro do reforço do SNS. Estamos a acompanhar cada vez mais doentes crónicos. Só em janeiro, o SNS financiou mais de 132 milhões de euros em medicamentos no ambulatório, garantindo tratamento a mais de 3 milhões de pessoas. Mais importante do que o valor é o que ele representa: um aumento do número de utentes em terapias essenciais como anti-hipertensores e antidiabéticos. Isto significa, Sr.as e Srs. Deputadas, que o SNS não está à espera de que os doentes cheguem, está a ir atrás deles, a identificá-los, a acompanhá-los e a garantir a continuidade de cuidados.

Estas pessoas e estas medidas não são um conceito abstrato, são uma resposta concreta para garantir que cada utente seja encaminhado para o local certo, no tempo certo e para a equipa certa.

No Estuário do Tejo, nos serviços de ginecologia e obstetrícia, que continuam a fazer partos programados e a fazer consultas e exames de diagnóstico — como é sabido, tivemos agora os primeiros resultados da urgência de ginecologia e obstetrícia, que está a funcionar, há um mês, no Hospital Beatriz Ângelo —, foram já realizados mais de 200 partos e houve mais de 1400 admissões, das quais 27 % pertencem à área de referência da ULS Estuário do Tejo.

Termino, dizendo que também na Península de Setúbal, com a centralização da urgência no Hospital Garcia de Orta, os dados dos primeiros sete dias — são apenas sete dias, portanto, são dados que, naturalmente, encaramos com prudência — são elucidativos. Registaram-se 548 admissões, das quais 127 eram provenientes de fora da área de referência da ULS Almada-Seixal. No mesmo período, realizaram-se 83 partos, incluindo 16 fora da área de referência, demonstrando claramente a capacidade de resposta das nossas equipas em rede e a circulação organizada de utentes entre unidades.

Estes dados mostram algo muito importante: que estamos a fazer uma transição, uma adaptação. Quando organizamos melhor, o sistema responde melhor; quando organizamos melhor, os profissionais ficam mais satisfeitos, porque têm melhor planeamento e mais previsibilidade; quando organizamos melhor, os nossos doentes, as nossas Marias, sabem para onde podem encaminhar-se, quando precisam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Temos dois pedidos de esclarecimento em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Muacho e depois temos vários outros, relativos à intervenção da Sr.ª Ministra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bela tareia!

O Sr. **Presidente**: — Para o primeiro pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Muacho, dou a palavra à Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr. Deputado Paulo Muacho, ouvindo o Livre, fica a ideia de que o problema da saúde em Portugal se resolve a fazer exatamente a mesma coisa: mais financiamento para o mesmo modelo; mais centralismo, quando aquilo que falta é autonomia de gestão e capacidade de decisão; mais fé numa estrutura que há demasiado tempo vai falhando no acesso e na resposta às pessoas.

No fundo, este é o ponto essencial deste debate. É que uma coisa é fazer o diagnóstico sobre o estado do SNS e outra coisa muito diferente é ter a coragem de apresentar soluções que mudem, efetivamente, aquilo que nos trouxe até aqui.

Ora, o Livre continua a apresentar o SNS como o centro quase exclusivo da resposta do sistema de saúde em Portugal e insiste numa visão em que é mais importante preservar o modelo, mesmo quando esse modelo falha. Essa é uma grande diferença em relação ao que a Iniciativa Liberal defende.

Protestos do L.

Para a Iniciativa Liberal, o importante não é estar sistematicamente a proteger o modelo, é garantir que todas as pessoas têm acesso real e atempado a cuidados de saúde, quando deles precisam, seja onde for.

Pergunto precisamente isso: que alternativa é que o Livre tem, para além de continuar a atirar mais dinheiro para cima de problemas e de continuar a resistir a qualquer mudança estrutural?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Qual é?

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Quando faltam médicos de família, quando as listas de espera continuam a crescer, quando o SNS continua a não responder, o que é que o Livre defende?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Nada!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Defende mais liberdade de escolha para o utente? Não.

Protestos de Deputados do L.

Defende mais autonomia de gestão? Não. Defende usar, sem preconceitos ideológicos, toda a capacidade instalada do sistema? Não.

Portanto, novamente, a pergunta é muito simples: o que é que o Livre propõe, que, afinal, não seja mais do mesmo?

Aplausos da IL.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Fernandes, do PSD.

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Livre hoje optou por trazer aqui um discurso com um título forte e, diria até, populista: «prognóstico reservado», relativamente ao SNS.

Também nos apresentou um diagnóstico que fez ao Serviço Nacional de Saúde, um diagnóstico que foi apresentando por vários itens e que nós já conhecemos muito bem. No entanto, não deixa de ser um diagnóstico superficial, porque é baseado, Sr. Deputado Paulo Muacho, nos sintomas e nos sinais. Mas, no fundo, qual é a doença? É que, para ter um prognóstico reservado, temos de ter uma doença diagnosticada. Que doença é?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A doença é o Livre, que é uma doença!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — A doença aconteceu agora, nos dois anos de governação da AD? É doença súbita? Ou é uma doença que já se vinha instalando há muito tempo e cuja solução os senhores foram adiando, de forma a que tudo fosse mudando devagarinho, mudando pequenas coisas, para que, no fundo, tudo continuasse na mesma?

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Era suposto ser uma pergunta ao Governo?

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Estas são as grandes questões que deixo hoje ao Livre.

Há uma questão essencial que os senhores nunca aprofundam. Durante demasiado tempo, o SNS viveu apenas de ajustes, de pequenas correções, de anúncios para manter expectativas. E o que é que o Livre fez, nessa altura? Deixou que a doença se instalasse.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Neste momento, temos uma doença com «prognóstico reservado», mas o «prognóstico reservado» só vem alarmar mais as pessoas. Quais são as soluções que os senhores apresentam?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Zero!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Este Governo, nestes dois anos, começou por valorizar os profissionais de saúde, avançou com reformas estruturais de organização, com base num plano que está a executar, está a conseguir aumentar a produtividade e a melhorar indicadores de acesso e, ao mesmo tempo, está a modernizar e a investir nas infraestruturas e equipamentos.

Portanto, as perguntas que deixo ao Livre são: está disponível para sair da lógica de defesa de um modelo que já está gasto e que trouxe sempre os mesmos resultados? Reconhece que o problema central não são apenas os profissionais…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Muacho, tem 3 minutos para responder aos dois pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Joana Cordeiro,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Respire fundo!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … a Sr.ª Deputada acompanha as questões da saúde e, portanto, sabe que o modelo que o Livre defende não é a caricatura que tentou fazer aqui.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah, não?!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Olha, olha!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não é mais centralismo, é exatamente o contrário, é deixarmos de ter aquilo que este Governo tem feito, que é nomear os seus enviados partidários para as direções e para os conselhos de administração das ULS…

Protestos da IL.

… e dar-lhes verdadeira autonomia.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não é para dizer o que não é, é para dizer o que é!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Defendemos um modelo que passa por confiarmos nos profissionais de saúde, porque eles sabem o que é preciso fazer, e dar-lhes a autonomia, incluindo de gestão…

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Vocês votaram contra!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … e para fazerem os pagamentos que devem fazer, para que eles possam cuidar da saúde dos portugueses e não termos aquilo que acontece hoje em dia, em que, apesar da criação das ULS, tem de ser tudo sempre aprovado pelo Ministério das Finanças, e isso não mudou absolutamente nada.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Da próxima, vota a favor!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A Sr.ª Deputada sabe que o modelo que o Livre defende é um modelo que assenta nas USF (unidades de saúde familiar) de tipo B, ou seja, voltarmos a recentrar o sistema de saúde…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Exatamente! A verdadeira autonomia!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … no centro de saúde. Por isso é que ele se chamava sempre «centro de saúde», porque devia ser a porta de entrada e, hoje em dia, não é. A porta de entrada são as urgências, é a linha SNS 24, e isso está estruturalmente errado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Tal não passa pela solução da Iniciativa Liberal. É que a solução da Iniciativa Liberal para todos os problemas é sempre a mesma: privatizar, privatizar, privatizar.

Aplausos do L.

Protestos da IL.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Faz a caricatura!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Faltam médicos? Privatiza. Faltam centros de saúde? Privatiza.

E o PSD, Sr.ª Deputada Isabel Fernandes, vai pelo mesmo caminho,…

Protestos do PSD e da IL.

… porque os senhores não conseguem sair das palas que têm, ao darem sempre a mesma solução para todos os problemas.

Aplausos de Deputados do L.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Palas tens tu!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.ª Deputada, qual é a grande solução para o SNS? Não é certamente fechar serviços. A Sr.ª Deputada acha que, numa região como a Península de Setúbal, que tem 800 000 habitantes, podemos ter apenas uma urgência de obstetrícia a funcionar?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Só uma?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É essa a grande solução, é essa a grande reforma que o PSD tem para nos apresentar na saúde?

Sr.ª Deputada, é quase como dizer que, para resolver um problema de uma unha encravada, temos de amputar a perna.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Unha encarnada?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Aquilo que o PSD tem feito é reduzir os serviços, o que reduz objetivamente a qualidade da saúde e dos serviços de saúde que estão a ser prestados aos portugueses.

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

E, depois, o que é que os senhores nos vêm dizer também? «Ah, não temos capacidade no SNS, temos de recorrer à capacidade instalada toda do País. Vamos ter o quê? De recorrer aos privados.»

Vozes do PSD e da IL: — Ah!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É sempre esta a solução que nos apresentam, Sr.ª Deputada.

Eu gostaria de que os Srs. Deputados, cada vez que tivéssemos um debate sobre saúde, não viessem novamente apresentar estas soluções: mais PPP (parceria público-privada),…

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Qual é a vossa solução?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … mais centros de saúde de modelo C, mais modelos privados. É sempre isso que defendem.

Sr.ª Deputada, isso não vai resolver problema nenhum, vai piorar muito mais! Os cuidados de saúde vão piorar, em termos de qualidade, e nós vamos pagar mais! Está mais do que estudado, em todos os estudos que foram feitos a nível internacional, que a privatização dos serviços de saúde não funciona.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa regista 10 pedidos de esclarecimento à Sr.ª Ministra. O Governo indicou que vai dividir as respostas em grupos de três e só o último grupo é que tem de ser de quatro.

Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Filipa Pinto, para o primeiro pedido de esclarecimento à Sr.ª Ministra.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Ministra, a região do Tâmega e Sousa enfrenta um problema estrutural: o Hospital Padre Américo, em Penafiel, está subdimensionado, como a Sr.ª Ministra reconheceu numa visita que fez em janeiro deste ano, servindo mais de meio milhão de pessoas, quando apenas está preparado para servir metade, com situações de sobrelotação críticas que incluem utentes em corredores e atrasos significativos no internamento.

Paralelamente, o Hospital de Amarante, um investimento de 30 milhões de euros, reconhecido pela direção clínica como sobredimensionado, apresenta capacidade instalada não aproveitada.

Pergunto: qual é o calendário concreto para ativar a capacidade de internamento disponível em Amarante, de forma a descongestionar Penafiel? E como será coordenada a transferência de utentes entre as duas unidades?

Para além do número de camas, sabemos que a falta de médicos, de enfermeiros e de pessoal auxiliar poderá ser impeditiva desse reforço. Como vai, Sr.ª Ministra, resolver esse problema? E quando será implementado o anunciado plano de ampliação, com as 200 camas adicionais, contratualizado com o privado, como a Sr.ª Ministra indicou?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Ministra, o legado destes dois anos é simples de contar: os portugueses, neste momento, estão a pagar dois serviços de saúde. Pagam um primeiro nos impostos — mais de 15 000 milhões de euros em 2024, mais de 16 000 milhões de euros em 2025 e, este ano, o maior valor de sempre, mais de 17 000 milhões de euros — e pagam um segundo, do próprio bolso, com o que lhes sobra. Quatro milhões de pessoas têm hoje um seguro de saúde privado — é mais de um terço da população, o triplo da média europeia — e fazem-no não porque estão a escolher o privado, mas porque o público, simplesmente, não dá resposta.

Tudo isto continua a acontecer depois de, em 2024, o Sr. Primeiro-Ministro prometer médico de família para todos e o fim das listas de espera até 2025 — com data, por escrito, compromisso assumido. Chegou 2025, isso não aconteceu e voltaram a prometer, mas desta vez já sem data, porque, ao menos, aprenderam alguma coisa de um ano para o outro.

Esta semana, o próprio Diretor Executivo do SNS, o responsável máximo pela execução da estratégia, disse que não é possível cumprir essa promessa e executar essa mesma estratégia.

Sr.ª Ministra, eu tenho um único pedido para lhe fazer: por favor, não prometam mais nada, porque, se não prometerem, fica ao menos a esperança de que possa acontecer, porque, quando prometem, já sabemos o que é que acontece.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Só mais uma nota final: dois anos depois, eu não consigo fazer-lhe mais perguntas, Sr.ª Ministra, porque a Sr.ª Ministra já mostrou, por diversas vezes, que não tem respostas para dar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.ª Ministra e os Srs. Secretários de Estado.

A Sr.ª Ministra pode maltratar o que quiser os números do SNS, pode transformar num sucesso aquilo que todos nós sabemos que é um fracasso — aliás, a Sr.ª Ministra e o Governo da AD ganharam as eleições a prometer um plano de emergência que resolveria tudo e que, no final de 2025, estaria tudo resolvido.

Vozes do PS: — É verdade! Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ora, o País todo sabe hoje que isso é uma fraude, porque não está tudo resolvido e muitas das coisas estão mesmo piores.

Mas o que o País não sabia era que, além dessa fraude, que foi o plano de emergência, o coordenador do plano de emergência, que a Sr.ª Ministra escolheu, também era uma fraude.

O orador exibiu uma notícia de jornal.

Este Sr. Coordenador do plano de emergência recebeu comissões, comissões de trabalho que não fez, não picou o ponto onde deveria picar, e diz a IGAS (Inspeção-Geral das Atividades em Saúde) que a justificação para não picar o ponto é que tinha a complacência da Sr.ª Ministra.

Primeira pergunta: que complacência é essa? O que é que fez a Sr.ª Ministra para que este senhor não picasse ponto e não estivesse no hospital?

Sobre as comissões, Sr.ª Ministra, quero dizer uma coisa: há muitos anos, trabalhei num restaurante nas férias e havia um chefe de sala. Esse chefe de sala recolhia as gorjetas todas — recolhia as minhas gorjetas também — e, no fim, distribuía-as, ficando com uma percentagem para ele.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso é socialismo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era socialista!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Imagine o que isto é! Isto é mesmo uma fraude e é vergonhoso!

Vozes do CH e do CDS-PP: — Esse chefe de sala era socialista!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Portanto, a Sr.ª Ministra tem de explicar por que razão é que permite que este senhor não pique o ponto, não tenha presença e, mesmo assim, continue a ganhar comissões.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este conjunto de perguntas, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, Sr.ª Deputada Filipa Pinto, de uma maneira muito sintética, em relação a Penafiel e a Amarante e ao plano de reorganização entre os dois hospitais, que acabou de referir, além da necessidade das 200 camas que mencionou, e muito bem, quero dizer-lhe que este plano foi feito pelo próprio conselho de administração, cuja autonomia é total para o fazer, e não lhe sei dizer quando é que ele vai ser apresentado ao diretor executivo.

Mas há uma coisa que sei, porque não estive lá há muito tempo, estive lá há coisa de dois meses, se tanto: é que existe já, por parte deste conselho de administração, uma visão muito clara deste novo modelo de governação clínica.

Há, de facto, uma dificuldade que temos de conseguir ultrapassar — essa depende, sim, do governo da Saúde e do governo das Finanças —, que tem que ver com a questão do reforço dos enfermeiros. Este é um compromisso que assumimos para com este hospital, que, repito, juntamente com o de Amadora-Sintra, são os

dois que têm esta dificuldade adicional, porque estão a servir quase o dobro da população para a qual foram construídos. É isto que lhe posso dizer.

Relativamente à Sr.ª Deputada Mariana Leitão, quanto à questão de os portugueses serem daqueles que, na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), têm, de facto, aquilo a que nós chamamos um *out of pocket money* mais elevado, quero dizer-lhe, naturalmente, que isso é algo que temos de ter em conta, mas isso está a acontecer em muitos países.

De qualquer forma, o grande objetivo é tratarmos o sistema de saúde como um verdadeiro sistema, conseguindo, através do SINACC (Sistema Nacional de Acesso a Consulta e Cirurgia), de que já falámos — e eu sei que não tem mais perguntas para me fazer, mas eu tenho respostas para lhe dar, e é bom assim —, fazer uma externalização para manter as listas de espera dentro dos tempos máximos de resposta garantido, porque é isso que preocupa os portugueses, ou seja, é sentirem que vão ficar numa lista de espera, que não vão ter uma resposta e, por isso, usam o seu dinheiro privado, muitas vezes. Por isso, a questão dos seguros de saúde, que podemos discutir durante esta audição, é uma questão também transversal.

Nestes últimos 28 segundos, para cumprir o tempo, respondo ao Sr. Deputado Carlos Pereira, dizendo que, relativamente à situação que mencionou, eu não conheço o relatório da IGAS. O relatório da IGAS não me foi ainda enviado. Quando me foram enviadas perguntas do jornal que apresentou, nós respondemos, dizendo que não interferimos nas respostas dos hospitais.

Portanto, eu não conheço o relatório, mas quando conhecer o relatório e souber exatamente o que é que se passou, terei condições para, neste Hemiciclo, dar as respostas a todas as perguntas que me fizer, mas, neste momento, não lhe posso dizer mais do que isto, a não ser que o Professor Eurico…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.ª Ministra, a verdade é esta: é que, hoje, o acesso aos cuidados de saúde está pior, e não somos nós que o dizemos; são os utentes que, diariamente, nos fazem chegar as suas preocupações sobre dificuldades em aceder àquele que é um direito que a nossa Constituição consagra — o direito à saúde.

Os problemas da saúde, Sr.ª Ministra, não se resolvem encerrando serviços. Não vale a pena ir ali para cima, para a tribuna, dizer que não há serviços encerrados. Há! Encerrou a urgência de obstetrícia do hospital do Barreiro e encerrou a urgência de obstetrícia do Hospital de Vila Franca de Xira. Se, hoje, as grávidas se dirigirem a esses serviços, a porta está fechada, portanto, a verdade é que encerraram serviços. Isso significa menos capacidade de resposta por parte do Serviço Nacional de Saúde, e a consequência é que os bebés continuam a nascer nas ambulâncias, como aconteceu ainda no início deste mês, em Vila Franca de Xira.

Portanto, essa opção, por parte do Governo, não é solução para garantir a segurança, a confiança, a proximidade, neste caso concreto, às mulheres grávidas.

Queria colocar-lhe uma pergunta que se prende com o seguinte: ainda ontem, Sr.ª Ministra, estive num centro de saúde no Barreiro, com os utentes que se deslocam de madrugada, às 5, 6, 7 da manhã, para tentarem obter uma senha para uma consulta. É este o seu entendimento de humanização dos serviços de saúde?

A questão que aqui se coloca é que, quando não há acesso aos cuidados de saúde primários, tudo o resto fica mais difícil. São grávidas que não têm acompanhamento na gravidez, são crianças que não são acompanhadas, são idosos — foram muitos os idosos com os quais nos confrontámos também — que vão procurar ter uma consulta, para poder ter acesso àquilo que é fundamental, que é a prevenção da doença e o adequado acompanhamento.

Se tudo isto não for assegurado, naturalmente, vai ter implicações a nível de outros cuidados de saúde.

Pergunto-lhe: o que é que tem a dizer a estes utentes? Não entre em subterfúgios para não responder aquilo que é da sua responsabilidade, que é assegurar a todos os utentes os cuidados…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chamo a vossa atenção, pois está muito ruído de fundo, e já tenho aqui uma referência feita à Mesa de que isso prejudica a audição. Por isso, pedia atenção para as conversas bilaterais serem por *WhatsApp* ou por mensagem, porque assim não fazem barulho.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Oliveira.

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.ª Ministra e os Srs. Secretários de Estado.

Sr.as e Srs. Deputados, permitam-me voltar ao título dramático do debate de hoje, «prognóstico reservado», e dizer o seguinte: um partido de esquerda que proclama o combate aos discursos de ódio e de medo, trazer ao debate uma mensagem que transmite insegurança e alarmismo…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Vocês é que criaram o alarmismo!

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — … ao serviço de saúde público, diria que é, no mínimo, incongruente.

Insistir numa narrativa de crise permanente é muito mais fácil. Aliás, faço a pergunta: afinal, o que vos distingue da direita extremista? Diria que pouco ou nada.

Protestos do CH.

Mas esse é também o caminho que nos separa. Não queremos um caminho fácil, queremos um caminho mais sério, e por aqui começo.

A saúde não está com uma avaliação reservada; está a ser transformada do estado crítico em que se encontrava, de anos e anos de declínio e de má gestão, dadas as políticas que o Livre também defende.

Em dois anos, este Governo não ficou parado, e não será, certamente, com estes títulos que vão ocultar o que já foi feito, nem tirar a capacidade a quem quer mudar e fazer melhor. E essa é uma diferença essencial.

Podemos falar dos diversos acordos com os profissionais de saúde que há muito eram exigidos. Esses, sim, tinham um prognóstico muito reservado.

Tem-se investido como nunca se investiu na saúde, temos o maior orçamento de sempre, mas, ainda assim, a esquerda assusta para possíveis cortes, mas faz tábula rasa das cativações e do desinvestimento que existiu durante anos.

Sr.as e Srs. Deputados, têm-se reorganizado urgências e apostado em soluções concretas para aproximar os cuidados às pessoas. Existem mais cuidados primários, unidades mais integradas, respostas mais rápidas e mais próximas das populações. Não é apenas mais atividade; é melhor acesso, mais qualidade do atendimento e maior capacidade de resposta.

Por isso, a pergunta que faço à Sr.ª Ministra é a seguinte: como vamos continuar este caminho de reforço, proximidade e qualidade, garantindo que cada português tem acesso atempado e digno aos cuidados de saúde?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Ministra, hoje, o Parlamento vai receber uma jovem viúva de um senhor português chamado Sérgio Abreu. Sabe quem era Sérgio Abreu, Sr.ª Ministra? Sabe quem era Sérgio Abreu? Não sabe. Eu vou-lhe dizer: Sérgio Abreu foi uma das vítimas, por falta de socorro do INEM, na greve de outubro de 2024. E somos nós, os Deputados desta Casa, que hoje vamos ter de dar a cara perante a viúva. Devia ser a Sr.ª Ministra a dar a sua cara, mas não.

Sabe o que é que a Inspeção-Geral das Atividades em Saúde disse sobre esta morte de Sérgio Abreu, um homem que morreu à espera do INEM, com um enfarte do miocárdio com uma coronariopatia aterosclerosante? Sabe o que é que disse? Vou ler-lhe o que diz o relatório da IGAS: «O desfecho fatal poderia ter sido evitado,

caso tivesse havido socorro num tempo mínimo e razoável que tornasse possível a evacuação da vítima para uma via verde coronária a um dos hospitais mais próximos, para Coimbra ou para Leiria.»

Aplausos do CH.

Sr.ª Ministra, muitos portugueses morreram já à espera do INEM, e estes 12 portugueses morreram 4 meses depois de a Sr.ª Ministra vir a este Parlamento anunciar uma refundação do INEM. É verdade, Sr.ª Ministra. Em junho de 2024, a senhora veio aqui, a este Parlamento, anunciar que ia refundar o INEM, que ia até gastar 70 % do seu tempo a refundar o INEM. Ora, o INEM acabou por ser um exemplo acabado da sua total incompetência, Sr.ª Ministra, da sua total incompetência!

Aplausos do CH.

É que nem em 2024 nem em 2025 tivemos uma nova lei orgânica do INEM. Depois de vários presidentes do INEM, em janeiro de 2026, voltámos a não ter a lei orgânica, mas voltámos a ter mortos, Sr.ª Ministra. Em 7 de janeiro deste ano, morreu um português no Seixal, três horas à espera do INEM. Morreu uma portuguesa em Sesimbra, várias horas à espera do INEM, e também um homem em Tavira.

Sr.ª Ministra, se não consegue resolver os problemas, saia de fininho e dê a sua pasta a esta bancada.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Nós sabemos tratar da saúde dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Ministra.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Paula Santos, relativamente às matérias que aqui trouxe, às consultas de medicina geral e familiar que referiu, às pessoas que estão à espera de consulta, porque muitas vezes não têm médico de família, de uma maneira sintética, pelo tempo que tenho para responder, o que tenho para lhe dizer são três coisas.

Em primeiro lugar, desde que entrámos, em 2 de abril de 2024, não recusámos, até hoje, a constituição de nenhuma unidade de saúde familiar de modelo B. Bem pelo contrário, reforçámo-las por todo o País.

Em segundo lugar, o concurso que vai abrir nos próximos dias, que tem o mapa de distribuição de vagas para as especialidades médicas — vou-me reportar agora à medicina geral e familiar —, vai pela primeira vez abrir vagas para todos os lugares que foram identificados pelas unidades locais de saúde como necessários. Ou seja, volto a dizer, trata-se da tal autonomia, de perguntarmos às pessoas o que é necessário.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Também temos os modelos C, que estão agora a abrir, os primeiros. Sei que não concorda, mas esse é um tema que já discutimos. Temos convenções, que abrimos entretanto, porque usamos o que está disponível no privado e no social para responder às pessoas.

Agora, o que não conseguimos, de facto — e não vamos por aí —, é obrigar os médicos a concorrer a zonas onde eles, efetivamente, não querem estar e não têm motivação para estar, porque trabalham em equipa, o que, na MGF (medicina geral e familiar), como sabe, é muito importante.

Em relação à Sr.ª Deputada Ana Oliveira, quero dizer-lhe que vamos continuar este caminho. Sabemos que o caminho é difícil, sabemos perfeitamente que estamos a mexer, muitas vezes, também nalguns interesses instalados — acima de tudo, mais do que em interesses instalados, em mentes e culturas cristalizadas. É por essa razão que este caminho de reforço de proximidade passa, naturalmente, por um verdadeiro sistema nacional de saúde, em que possamos usar, sim, o privado e o social, sempre que necessário, para poder dar resposta aos portugueses — porque os portugueses que aqui nos ouvem hoje, aquilo que pretendem, é que,

em qualquer ponto do sistema, haja qualidade, segurança e resultados. É isso que temos de garantir e é isso que vamos continuar a lutar para garantir.

Daqui a quatro anos, seremos avaliados por isso, não há nenhuma dúvida disso. Aliás, já fomos uma vez avaliados e voltámos a estar aqui.

Sim, Sr. Deputado Pedro Frazão, ainda estamos aqui. Não, Sr. Deputado Pedro Frazão, não vou sair de fininho, porque não tenho o hábito nem de sair, nem de fininho — nem uma coisa, nem outra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Mas nós ontem, Sr. Deputado — está-se a esgotar o meu tempo de resposta—, já falámos muito os dois, já tivemos muita conversa sobre essa matéria…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É só conversa!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, tem a palavra, para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, os anos passam e o hospital de Amadora-Sintra, já aqui hoje referido, continua mergulhado nos mesmos problemas: urgências sob pressão, profissionais exaustos e pessoas que continuam sem ser atendidas. As direções e as administrações desta ULS vão mudando à velocidade da luz, mas, para quem ali entra regularmente, pouco ou nada mudou, Sr.ª Ministra. Acha normal que os médicos de um hospital sintam que estão num hospital de guerra e lhe chamem «Amadora-Síria»?

Enquanto há uns indignados com folhetos dirigidos à população, a nós, o que nos preocupa mesmo, é que as pessoas não tenham cuidados de saúde.

Sr.ª Ministra, tivemos a oportunidade de ler o relato de um acompanhante, durante 48 horas na urgência do Amadora-Sintra, e o que nos demonstra é aterrador: um senhor com 88 anos que esperou 17 horas para ser observado, pela primeira vez, por um médico; um familiar que não consegue falar com ninguém sobre o doente; exames pedidos que não são realizados; doentes que ficam sem médico depois da mudança de turno.

Os relatos são muito preocupantes e assustadores, Sr.ª Ministra. É com relatos e situações destas que esperamos que as pessoas confiem no SNS?

O que tenciona o Governo fazer, face ao facto de o hospital de Amadora-Sintra continuar subdimensionado, como aqui até já admitiu, face à população que serve? O Governo tenciona procurar resolver os problemas deste hospital concretamente, ou vai baixar os braços e preferir avançar com um processo de privatização?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também a Sr.ª Ministra, os demais Membros do Governo e as Sr.as e Srs. Deputados.

Sr.ª Ministra, ouvimo-la há pouco dizer que hoje não há urgências fechadas. Sugeria-lhe que viesse mais vezes ao Parlamento, se isso for sinónimo de os portugueses terem acesso, de facto, a todas as urgências do nosso País.

Sr.ª Ministra, nestes dois anos da AD, há uma coisa que não podemos deixar de concluir: olhamos para os números e não fazemos a mesma leitura que fez. É que, de um «prognóstico reservado», passou para os cuidados intensivos! Se não, vejamos: temos mais 35 000 utentes sem médico de família do que há dois anos,

um total de 1 milhão e 600 mil pessoas que esperam e desesperam por um médico. São números bem diferentes do que os que apresentou. Temos também mais 13 % de pessoas à espera de uma consulta de especialidade, incluindo mais 3,4 % de pessoas à espera de uma cirurgia.

Com a AD, atingimos recordes de mortalidade. Ainda ontem saiu um artigo que nos dá nota de que houve mais de 6000 óbitos, em particular no inverno. Continuamos a ter, particularmente, as pessoas mais idosas a morrerem com os picos de frio em Portugal.

Voltamos aos partos nas ambulâncias. Já aqui ouvimos, recentemente, a bancada que suporta o Governo congratular-se por haver mais nascimentos nas ambulâncias — pasmem-se! — do que propriamente até nos hospitais; é sinal de que nasceram menos bebés em casa. Todos nós concordamos, Sr.ª Ministra, isso é um bom sinal de que nascem menos bebés em casa, tendo em conta o avanço que se deu na saúde para que as pessoas nasçam no hospital. Aquilo que não pode acontecer é continuarmos a ter partos nas ambulâncias.

Depois, quanto ao cancro da mama, a Sr.ª Ministra aumentou o investimento no privado. No entanto, a rede pública continua a não ser suficiente para o diagnóstico precoce. Temos a morte de cinco mulheres por dia, com cancro da mama, Sr.ª Ministra. Isto são números absolutamente alarmantes e, por isso mesmo, não podemos deixar de lhe perguntar o que é que está a ser feito para garantir que o diagnóstico precoce no serviço público é, de facto, cumprido e que a rede de resposta não passa unicamente pelo investimento privado.

Sobre os bombeiros, falou há pouco, até em resposta à questão do INEM, mas não esclareceu se, de facto, vai cumprir com os pagamentos atempados aos bombeiros. Vimos a bancada que suporta o Governo rejeitar a proposta do PAN para que os pagamentos fossem feitos em 30 dias. Por isso, pergunto-lhe, Sr.ª Ministra: acha que é justo para quem está no terreno, para quem mais paga, ter estes pagamentos sucessivamente adiados? É que, claramente…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Sofia Andrade, do Partido Socialista, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ª Ministra, com um prognóstico reservado devido à inércia da gestão do Governo está também o serviço de emergência médica.

A prestação de socorro, em situação de emergência, é uma resposta absolutamente fundamental para todos nós. Por ser este serviço essencial, ele merece dos governantes, em todos os momentos, a máxima atenção, porque, Sr.ª Ministra, nem os indicadores de saúde estão melhores, nem o serviço de emergência médica está melhor.

Mas, quando algo corre mal na saúde, também já sabemos aquilo que vem a seguir: sabemos que os senhores vão encontrar alguém para culpar. Sr.ª Ministra, já não é aceitável que, passados mais de dois anos a tutelar a saúde, ainda atribua as responsabilidades daquilo que corre mal a terceiros.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Os senhores até ensaiam uma nova narrativa, agora, de que as greves que aconteceram no INEM em 2024, com consequências absolutamente dramáticas, são culpa do Partido Socialista, como se não fossem os senhores os detentores da gestão do instituto, nesse período.

Aplausos do PS.

Responsabilidade, Sr.ª Ministra, seria assumirem a negligência de um Governo que, segundo dizem, estava desatento e não deu conta de que estava a decorrer uma greve. Responsabilidade seria assumirem que essa desatenção, para não dizer negligência, causou danos na prestação de socorro.

Mas a Sr.ª Ministra diz: «Eu não sei bem o que é isso de gerir uma greve.» Pois, não sabe, Sr.ª Ministra. Eu diria que a Sr.ª Ministra não sabe gerir uma greve, não sabe gerir o INEM, não sabe gerir o Sistema Integrado de Emergência Médica e não sabe gerir o Ministério da Saúde!

Aplausos do PS.

A prova disso é que tem todo o setor da saúde em conflito com V.ª Ex.ª. Ainda na semana passada, a Liga dos Bombeiros Portugueses fez saber que vai renunciar ao acordo com o INEM, no âmbito do socorro pré-hospitalar. Em causa está, por um lado, uma dívida de 20 milhões de euros, que a Sr.ª Ministra já se apressou a dizer que não são 20 milhões, são 9 milhões, mas, Sr.ª Ministra, estamos quase no fim do mês, e este valor, não sei se está desatenta, mas vai dobrar. Por outro lado, e a bem da transparência, importa partilhar também o conteúdo da carta de renúncia que recebeu, porque, afinal, o motivo desta renúncia é o incumprimento de várias cláusulas.

Portanto, Sr.ª Ministra, há muitas responsabilidades que cabem a este Governo, a este e não a outro, e é tempo de as assumirem.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Ana Oliveira, porque há pouco fez um pedido de esclarecimento à Sr.ª Ministra que mais parecia ser dirigido à bancada do Livre, aproveito para lhe dizer que não é o título do debate do Livre que é alarmista; o facto de os senhores, em dois anos, continuarem a mostrar a vossa incompetência para resolver os problemas do SNS é que é verdadeiramente alarmista.

Aplausos do L.

A Sr.ª Deputada pode tentar fazer as confusões que entender, como, aliás, a bancada do PSD faz sempre, entre a esquerda e a extrema-direita,…

Protestos do CH.

… mas, Sr.ª Deputada, verdadeiramente populista é ouvirmos dizer, como já ouvimos aqui, que a urgência do Hospital de Vila Franca de Xira não fechou, porque ela agora funciona no hospital de Loures. Sr.ª Deputada, está fechada! Está fechada! Se for lá bater à porta, não há nenhuma urgência, as pessoas são encaminhadas para Loures.

Portanto, os senhores podem dizer que, na verdade, os serviços continuam a existir formalmente, mas não passa de um papel, Sr.ª Deputada, porque a urgência, objetivamente, não está lá. Por isso, Sr.ª Deputada, em termos de populismo, estamos conversados.

Sr.ª Ministra, olhamos para os dados e eles dizem-nos que temos um milhão de pessoas a aguardar a primeira consulta hospitalar de especialidade. Entre 2024 e 2025, a lista de espera aumentou 13,8 %, enquanto a lista de espera para cirurgia aumentou 3,4 %. Sr.ª Ministra, é um milhão de Marias à espera, e estes números estão a aumentar.

A Sr.ª Ministra apresentou-nos, também, este projeto do SINACC como uma das bandeiras do seu Governo, para melhorar o acesso às listas de espera, mas, em paralelo, temos o Sr. Diretor Executivo do SNS a afirmar que não é possível eliminar as listas de espera.

Portanto, Sr.ª Ministra, gostaríamos de ter um esclarecimento. É esse o objetivo do Governo? Não é ir eliminando as listas de espera? Não vamos melhorar nada em 2026? Se há capacidade no privado e se há capacidade do Governo para enviar utentes para o privado, porque é que a prioridade do Governo não é conseguir ter mais médicos, mais profissionais de saúde, no setor público, Sr.ª Ministra?

Acho que não é preciso explicar-lhe que nós não temos efetivamente falta de médicos no nosso País. Nós temos é falta de médicos no SNS. Portanto, o objetivo do Governo deveria ser conseguirmos ter mais médicos no SNS. Ao invés, aquilo que a Sr.ª Ministra e o Governo continuam a fazer é mandar os utentes para o privado e pagar aos privados, para continuar a depauperar o setor público e o SNS.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde, que dispõe de 3 minutos para o efeito.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, se me permitirem, vou começar exatamente por responder ao Sr. Deputado Paulo Muacho, que acabou agora de falar, porque creio que colocou duas questões muito importantes.

Muito sinteticamente, gostaria de lhe dizer o seguinte: nós temos Marias à espera da primeira consulta hospitalar, mas também temos muitos novos Manéis em Portugal que estão inscritos no Serviço Nacional de Saúde, e outros que não estão inscritos no Serviço Nacional de Saúde,…

Aplausos do PSD.

… que entram pela porta da urgência e que nós, naturalmente, não deixamos de atender — quanto aos cuidados urgentes e inadiáveis, e todos se tornam urgentes e inadiáveis, e posso explicar melhor porquê —, de acordo com a Lei de Bases da Saúde que VV. Ex.as ajudaram a fazer. Portanto, temos muitos Manéis que também estão à espera e que têm hoje acesso, e que não tinham há dois anos.

Quero dizer-lhe que, sobre a questão da falta de médicos, tenho de concordar parcialmente consigo. Nós não temos falta de médicos.

Protestos do CH.

O que tivemos foi, durante mais de 15 anos, para não dizer 20 anos, uma forma de gerir recursos humanos na saúde em que, para não ter despesas fixas com o pessoal nem aumentar as carreiras médicas e de enfermagem, fizemos prestações de serviço. E agora? Ah, pois, agora «Aqui-d'el-rei!» Agora temos uma grande dependência, mas VV. Ex.as fizeram parte dessa coligação.

Aplausos do PSD.

Os senhores fizeram parte dessa coligação.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu estava muito atenta. Repito, estava muito atenta, porque vivia no setor da saúde e posso dizer-lhe que nunca vi ser trazido a esta Assembleia — não será do Livre, porque é mais recente — um pensamento sobre esta matéria da prestação de serviços.

E posso dizer-lhe outra coisa: tantas propostas que fazem de legislação, e ainda não vi entrar nenhuma relativamente à questão da prestação de serviços.

Aplausos do PSD.

Foi o Governo que tomou essa iniciativa, foi o Governo que teve coragem para afrontar esses interesses e é o Governo que vai assumir os riscos que se passam hoje.

Isto porque nem é uma questão de serem médicos do privado. Ao contrário do que os senhores dizem, o privado também não usufrui de benefícios por causa desses médicos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é óbvio!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — A questão é que o modelo desregulou. Vá ver noutros países, que o Sr. Deputado conhece bem, e veja o que é que se está a passar.

Finalmente, respondo ainda à Sr.ª Deputada Sofia Andrade. Só tenho 7 segundos, mas gostaria de lhe dizer, em relação à questão dos bombeiros, que, de facto, devemos 8 milhões aos Srs. Bombeiros. O resto das questões tem a ver com penalidades que os bombeiros entendem que, neste momento, não devem ser utilizadas, mas que estão efetivamente no acordo. Mas depois, numa outra…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à fase das intervenções.

Aproveito este compasso para anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos: alunos e professores do agrupamento de escolas Dr.ª Laura Ayres, em Quarteira; um grupo de cidadãos do Passeio Municipal Sénior de Paços de Ferreira; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária de Amora; alunos e professores do agrupamento de escolas Ibn Mucana, de Alcabideche; alunos e professores da Escola Secundária Quinta do Marquês, de Oeiras; um grupo do agrupamento de escolas da Branca, de Albergaria-a-Velha; um grupo da Escola Básica 2/3 de Perafita, Matosinhos; e um grupo de convidados da Juventude Socialista de Barcelos, que estão nas diversas galerias a assistir aos nossos trabalhos.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje não falamos de estatísticas. Falamos de angústia, falamos de pessoas reais: da mãe que espera horas com o filho ao colo numa urgência encerrada; da grávida que não consegue assistência hospitalar no parto; do idoso que vê a sua consulta sucessivamente adiada; do doente que desiste porque simplesmente não aguenta esperar mais.

É este o retrato do Serviço Nacional de Saúde. Um serviço de portas entreabertas, de respostas tardias e de uma exaustão que já não se consegue disfarçar. Isto não é inevitável. Isto é a consequência de opções políticas ou da falta delas.

O Estado falhou. Falhou quando prometeu sistematicamente estabilizar as urgências e hoje temos serviços encerrados ou a funcionar no limite. Falhou quando disse, ao longo de vários anos, que ia reduzir as listas de espera e vemos milhares de portugueses sem resposta. Falhou, sobretudo, quando virou costas aos profissionais de saúde, aqueles que seguram o sistema, com sacrifício pessoal, todos os dias. Médicos e enfermeiros não são números numa folha de *Excel*, são pessoas que estão cansadas, desmotivadas, que são empurradas para fora do SNS. Quando saem, não levam apenas o seu trabalho, levam consigo a experiência, conhecimento e, acima de tudo, a humanidade.

Dizer que está tudo sob controlo não é apenas errado, é ofensivo para quem sofre na pele o colapso progressivo do Serviço Nacional de Saúde.

E o mais grave é isto: enquanto o SNS enfraquece, cresce a dependência do setor privado. Não por escolha livre dos cidadãos, mas por desespero, porque quem pode pagar foge do SNS, quem não pode espera e desespera. Isto não é um detalhe técnico, isto é uma fratura social. Nas regiões mais afastadas, essa fratura torna-se abandono, porque estes portugueses vivem onde o acesso à saúde já não é um direito garantido, mas uma incerteza permanente.

O prognóstico é, sim, reservado, mas não por falta de diagnóstico. O problema está identificado e o que falta é coragem política para agir. Coragem para valorizar verdadeiramente os nossos profissionais de saúde. Coragem para investir de forma consistente e não aos soluços. Coragem para colocar o interesse público acima de todas as agendas ideológicas e, acima de tudo, dos interesses instalados.

O SNS não pode continuar a ser tratado como um problema a gerir, tem de ser assumido como uma prioridade nacional, porque quando o SNS falha, não falha o serviço, falha o Estado. E quando o Estado falha na saúde, falha naquilo que tem de mais básico, que é proteger a vida e a dignidade das pessoas.

Termino, dizendo que o País não pode continuar à espera. E a pergunta que fica é simples: quantos mais portugueses têm de esperar, desesperar ou morrer para que o Estado deixe de falhar?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Filipe, estás a usar a versão paga do *ChatGPT*!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marta Martins da Silva.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Ministra, começo por mostrar este mapa, porque ele é a radiografia brutal do falhanço do Estado em matéria de saúde.

A oradora exibiu o documento que mencionou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Portugal iniciou 2026 como o único país da Europa com um excesso de mortalidade muito elevado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Isto tem de ser dito sem rodeios: em Portugal morre-se também porque o Estado chega tarde.

E não venham com as desculpas do envelhecimento da população, da gripe, das alterações climáticas, dos feriados ou do frio. A gripe e o inverno são testes anuais à capacidade do SNS e o vosso Governo falhou esse teste.

Aplausos do CH.

Esta é a consequência de um Governo que prometeu muito e deu muito pouco. A AD prometeu um plano de emergência em 60 dias, prometeu médico de família até ao final de 2025, prometeu reduzir listas de espera, prometeu que, quando o SNS falhasse os tempos máximos de resposta, os doentes teriam uma opção.

Dois anos depois, o balanço é arrasador. Não vou repetir números que já foram aqui amplamente explorados, mas relembro que pioraram e que piorou também a capacidade de resposta.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Verdade!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — E não, não é perceção. Falemos das cirurgias. No último ano, aumentaram os doentes em lista de espera. Desceu o número de doentes inscritos dentro do prazo, cresceu o número de doentes inscritos fora do prazo. Alguns destes nunca terão acesso à cirurgia porque, entretanto, morrem.

Quando não conseguem cumprir prazos, mas querem modelar números, o que é que fazem? Resolvem? Não, mudam a régua. Fixam 30 dias para cirurgias muito prioritárias, em vez dos 15 dias propostos, e esperam resultados mais simpáticos, pois claro — assim é fácil. Mas é politicamente grave e soa a gestão administrativa da escassez e não ao reforço da resposta. Mais transparente foi o Diretor Executivo, que diz não ser possível eliminar listas de espera e que o esforço será apenas o de evitar que aumentem.

Não conseguem curar o incumprimento? Então, vamos lá normalizá-lo.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Nas urgências, a realidade é ainda mais humilhante. A Sr.ª Ministra tem optado por uma gestão de remendos. Fecha aqui, concentra ali, muda serviços de sítio, mas não resolve a falta estrutural de profissionais. Quando isto acontece, o discurso oficial oscila entre a negação, a relativização e a propaganda. Primeiro prometem solução, depois pedem mais tempo, agora pedem resignação. Um pouco a escola de António Costa: «Habituem-se!…» Não estão a governar a saúde, estão a desistir da saúde.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Sobre o combate à fraude e ao abuso no SNS, aprovaram a criação da Comissão de Combate à Fraude no SNS, e muito bem, em outubro de 2025.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Dois meses depois, designaram o seu presidente, e só no final de fevereiro ficou completamente operacional. Depois de tantos anúncios, o País quer saber uma coisa bem simples: o Governo já começou a limpeza dos abusadores do SNS ou ainda não?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Essa é pelo Eurico Castro Alves!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Finalmente, quanto aos médicos de família, a Sr.ª Ministra já admitiu que não haverá médico de família para todos em 2027. Portanto, isto é uma confissão do falhanço político. Talvez seja por isso que os portugueses já fizeram o seu juízo, destacando-a como a pior Ministra deste Governo.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Quando falta médico, quando a consulta não chega, quando a cirurgia não anda, quando a urgência fecha e quando a ambulância tarda, os portugueses percebem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É intervalo, agora?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora é a sério!

Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados: «Só é vencido quem desiste de lutar», dizia Mário Soares.

Vozes do CH: — Eh lá!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr.ª Ministra, quando os partidos da oposição pedem a sua demissão, aquilo que pedem é que o Governo desista de lutar pelo Serviço Nacional de Saúde, porque, lá no fundo, sentem que só isso vai fazer com que este Governo possa ser vencido.

Aplausos do PSD.

Mas, na saúde, é a própria história que desmente o Partido Socialista.

Aproveitando o regresso do Deputado Pedro Nuno Santos, relembro que o mesmo e o Secretário-Geral José Luís Carneiro foram Ministros de um Governo que teve 13 baixas em 16 meses e que culminou com a demissão do próprio Primeiro-Ministro, António Costa. Com isso, lembramo-nos hoje de que a instabilidade política é meio caminho andado para o fracasso no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PSD.

E, em matéria de demissões nos mais altos cargos na saúde, os socialistas deram cartas.

Primeiro, na Direção Executiva do SNS: Fernando Araújo apresentou a demissão e foi-se embora — mas só depois de ter nomeado os conselhos de administração de 39 ULS (unidades locais de saúde) e de 3 IPO (institutos portugueses de oncologia) num Governo em gestão, em plena campanha eleitoral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Sofia Andrade.

Também na presidência do INEM, Luís Meira apresentou a demissão e foi-se embora — mas só depois de o Partido Socialista ter retirado 120 milhões de euros ao INEM e impedido a renovação da frota das suas viaturas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, claro, no Ministério da Saúde, Marta Temido apresentou a demissão e foi-se embora — mas só depois de ter originado a maior debandada de médicos e enfermeiros para o setor privado e para o estrangeiro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, se os problemas da saúde se resolvessem com demissões, o Partido Socialista já os teria resolvido a todos e há muito tempo.

Risos de Deputados do PSD.

Conjuntamente com as demissões do Governo de António Costa, também sabemos que, se as demissões resolvessem os problemas do País, oito anos depois, nós teríamos recebido como país uma verdadeira, uma autêntica superpotência económica mundial.

Risos e aplausos de Deputados do PSD.

Protestos da Deputada do PS Sofia Andrade.

A verdade é que as demissões não resolvem coisa nenhuma, e aquilo que tanto apregoam como responsabilidade política é não bater com a porta, não apresentar a demissão, não ir embora;…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… é ficar, enfrentar os desafios e resolver os problemas, sem esperar dividendos políticos ou estátuas de homenagem, porque foram os portugueses que, durante oito anos, esperaram as verdadeiras reformas.

Aquilo que o PS apresentou ao País, ao fim de oito anos, foi um simples «Querido, mudei o Serviço Nacional de Saúde» — como alguém no setor muito bem batizou —, porque, ao invés de investimentos e obras estruturantes, pintaram as paredes, mudaram os móveis, tiraram um bibelô daqui, acrescentaram um quadro ali e varreram para debaixo do tapete todos os alertas que os profissionais de saúde foram dando de que o caminho que se estava a seguir iria ser um desastre.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Por isso, enquanto o Partido Socialista ignorava os apelos dos profissionais de saúde, a maioria de esquerda aplaudia. Aplaudia, e aplaudia com o mesmo entusiasmo e a mesma energia com que agora se levantam e se insurgem com críticas ao caminho apontado por este Governo.

Quando foi para acabar com as parcerias público-privadas — porque era isso que iria resolver todos os problemas da saúde —, a esquerda cá esteve para aplaudir.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Quando foi o tempo de alargar o sistema das ULS para todo o País, sem estudos e sem diálogos, porque isso iria resolver os problemas todos da saúde, cá esteve a esquerda a aplaudir. Também, quando foi para mudar a Lei de Bases da Saúde, porque era isso, era aí que iríamos resolver os problemas todos da saúde, cá esteve a esquerda a aplaudir. A esquerda onde se inclui, sim, o Livre, que hoje chama este debate, porque a esquerda toda aplaudiu durante todo o caminho que levou a saúde à situação-limite que encontrámos em abril de 2024.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E apoiou-o, disse, com muito, muito entusiasmo.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Nem uma palavra sobre o seu Governo. Deve ter tanto para dizer…!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Mas é pena que esta mesma esquerda não tenha aplaudido, nem com uma palma, este Governo que, assim que assumiu funções, em poucos meses, Srs. Deputados, começou a pagar melhor aos trabalhadores na saúde. Não se ouviu uma única palma!

É lamentável que não tenham aplaudido este Governo quando se empenhou a executar um PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) na saúde, que estava parado. Não se ouviu uma palma!

Mas também não ouvimos nenhum aplauso da esquerda quando este Governo finalmente lançou os concursos para construir novos hospitais públicos, Srs. Deputados.

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sim, porque, justiça seja feita, em oito anos, é verdade que o PS lançou a primeira pedra de vários hospitais públicos. Lançou a primeira pedra num ano, lançou a segunda pedra no ano seguinte, lançou a terceira pedra no ano a seguir. Ao mesmo ritmo a que o Partido Socialista ia lançando estas pedras, ano após ano, o setor privado inaugurava dezenas de hospitais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E o PS, o autoproclamado pai do Serviço Nacional de Saúde, o que é que fazia? O que é que fazia com os maiores orçamentos de sempre na saúde? O que é que fazia para o setor público? Pedra por pedra, ano após ano, anúncio a cada campanha eleitoral e, ao fim de oito anos, zero hospitais públicos inaugurados. É esse o legado no serviço público de saúde que o PS hoje deixa!

O mesmo PS, que no passado defendia as USF tipo C, mas que depois a geringonça deixou de defender; as mesmas USF que este Governo está a criar para dar médico de família a 250 000 portugueses — sim, 250 000 pessoas que não tinham médico de família nem tiveram com o Governo PS, e que vão ter graças a este Governo.

Sr.as e Srs. Deputados, aquilo que hoje temos como o mais evidente possível é que os portugueses não querem saber se a USF é do tipo A, se é do tipo B, se é do tipo C. Nós hoje sabemos que os portugueses só não querem continuar com as USF tipo P, de «papel» — aquelas que nunca saíram do papel, dos projetos, dos *slides*, que os senhores apresentaram durante oito anos e que não serviram rigorosamente a ninguém.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Srs. Deputados, pediram a este Governo coragem política? Têm aqui, neste Governo, a coragem política para fazer aquilo que não foi feito até agora. Queriam coragem política para resolver os constrangimentos da obstetrícia na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, com o mesmo modelo que existe no Norte e que funciona no Norte?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Têm aqui essa coragem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Queriam coragem política para combater a fraude e a corrupção, para combater o desperdício que todos os anos drena milhões de euros do dinheiro dos contribuintes portugueses? Têm aqui, neste Governo, essa coragem.

Mas queriam também coragem política para regular o trabalho dos tarefeiros, do qual depende tanto do serviço de urgência em Portugal, graças ao abandono em que o PS deixou os médicos e os enfermeiros e as suas carreiras em Portugal? Têm aqui essa coragem, neste Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para terminar, Sr.as e Srs. Deputados, queriam coragem e agora pedem cobardia. Queriam coragem e agora querem que a Ministra vá embora. Querem substituir o Governo para — quem sabe? — voltarem ao Governo aqueles que levaram a saúde ao estado em que ficou e cujos problemas este Governo está a ter coragem para resolver.

Sr.as e Srs. Deputados, querem debater? Vamos debater! Da parte do PSD, cá estaremos para defender o Serviço Nacional de Saúde daqueles que desencaminharam completamente a saúde em Portugal nos últimos oito anos.

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento, e presumo que responde em conjunto aos três.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Viste agora o que era um intervalo?! Isto é que é um intervalo!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para pedir desculpa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para distribuição de documentos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tens de ir ao colégio buscar as crianças!

O Sr. **Presidente**: — Qual é o documento?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a consulta do hospital privado onde ele vai!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, enviaremos à Mesa, para distribuição, três textos de imprensa sobre críticas do Livre à suborçamentação da saúde,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso era a Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … ao excesso de privados na saúde e à falta de programas para saúde mental, feitas durante o Governo de António Costa.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Manda os documentos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Dizer o contrário seria pôr em causa a seriedade do partido Livre.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.
Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Carvalho, do Chega.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado, estava tão empolgado! A sério, a sua intervenção foi qualquer coisa! Eu achei, a determinado momento, que o Sr. Deputado…

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — Calma, pá!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Queria intervalo, olha, já está!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É para repor o tempo, ou acham que não vale a pena?

O Sr. **Presidente**: — Tinha 1 minuto e 39 segundos e eu pedi para acrescentar 3 segundos, portanto dá 1 minuto e 42 segundos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eu acho que foi mais, mas pronto!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa. Portanto, é para repor 1 minuto e 42 segundos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — As confusões que vocês arranjam, pá…!

O Sr. **Presidente**: — Agora, Sr.ª Deputada, espero que esgote o tempo.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Estava eu a dizer que esta intervenção foi qualquer coisa de surreal.

Vozes do PSD: — Ah!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — E foi surreal porque eu estava à espera de que o Sr. Deputado falasse de todas as promessas que a AD fez, durante a campanha eleitoral, e depois, quando o Governo tomou posse.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Por exemplo, anunciou um plano de emergência que em 60 dias ia resolver os males todos do SNS. Nada!
Prometeu reduzir as listas de espera. Não é isso que temos atualmente.
Prometeu médicos de família para todos até ao final de 2025. Onde é que isso já vai?

Protestos do PSD.

Porque a verdade é que nós temos, por exemplo, uma lista de espera para cirurgia oncológica que, em 2024, era de 148 pessoas e, em 2025, um ano depois, 577. Portanto, isto deita por terra toda a propaganda política que o Sr. Deputado veio aqui fazer.

Mas a Sr.ª Ministra também a veio fazer — e eu noto aqui, até, uma certa bipolaridade no discurso da Sr.ª Ministra —, porque aqui diz que vai avançar amanhã,…

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Amanhã é que é!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — … se não estou em erro, um programa de incentivo financeiro para a requalificação das urgências. Mas depois é a mesma Ministra que admite — a lista é longa, peço desculpa, mas vai ter de ser — que «tempos de espera nas urgências hospitalares são "inaceitáveis" e que problema tem de ser resolvido»; «Ministra admite falhas nos cuidados paliativos»; «Ministra admite falhas e sobrecarga da linha SNS 24»;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — … «Ministra admite falhas graves no INEM»; «Ministra admite falhas no acesso a material básico nas ULS». Quer dizer, isto é o que resume aquilo que tem sido o trabalho da Sr.ª Ministra da Saúde.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Mas depois, temos aqui o Sr. Deputado, que vem dizer que é preciso coragem política e que não se bate com a porta e que não se vira a cara aos problemas. É verdade; o problema é que não há coragem política deste Governo para resolver os problemas. Esse é que é o problema.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Irene Costa, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, ouvimos há bocado a Sr.ª Ministra, dali, falar sobre o SNS, mas nós não conhecemos o SNS de que a Sr.ª Ministra fala. Esse não é o SNS dos portugueses.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O SNS dos portugueses e os problemas do SNS dos portugueses não são os problemas da Sr.ª Ministra. São os problemas do Sr. Primeiro-Ministro, que insiste numa fórmula que não funciona; que não admite a incapacidade para governar e resolver problemas; que nem reconhece que se enganou e que prometeu facilidades que hoje sabe que são impossíveis de cumprir.

A diferença entre Luís Montenegro enquanto líder da oposição e agora no exercício do Governo é hoje evidente e, mais do que isso, é politicamente reveladora.

Aplausos do PS.

Na oposição, Luís Montenegro foi rápido a apontar falhas ao SNS, a exigir respostas imediatas, a criticar atrasos e a responsabilizar o Governo de então por cada dificuldade no acesso aos cuidados de saúde. O discurso era de urgência permanente e intolerância.

Agora, no Governo, as soluções rápidas deram lugar a promessas condicionadas. Os prazos agora são mais elásticos e a complexidade dos problemas passou a ser a justificação recorrente para a ausência de resultados

imediatos. Aquilo que antes era apresentado como falha de governação hoje é descrito como herança ou problema estrutural.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Sr. Deputado, perante todos os dados que hoje foram aqui facultados, de utentes sem médico de família, urgências sobrelotadas, internamentos sociais que aumentam, eu pergunto-lhe o que é que o Sr. Deputado disse sobre estes dois anos de governação. O que é que disse dali?

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Zero!

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Disse zero!

Aplausos do PS.

Os cidadãos não precisam de explicações repetidas que não resolvem, não precisam de diagnósticos permanentes sem solução. Precisam de respostas concretas, precisam de soluções efetivas,…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — … soluções que o Governo já demonstrou não ser capaz de pôr em prática. E o Sr. Deputado não foi capaz de ir ali dizer quais são as medidas que o Governo devia ter tomado nem foi capaz de dizer nada.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Zero!

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, a pergunta que lhe deixo é se tem consciência de que os portugueses deixaram de confiar no Governo e que estão a perder a confiança no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, falou muito, falou muito bem, mas não disse grande coisa, Sr. Deputado.

Protestos de Deputados do PSD.

Faz lembrar aquela rábula do «Falam, falam, falam, mas eu não os vejo a fazer nada».

Sr. Deputado, deixe-me recordar-lhe. A Sr.ª Ministra há bocado tentou colar o Livre ao PS. Nós assumimos as decisões que tomamos, mas, em 2019, é impossível nós termos votado uma lei de bases de saúde, quando ainda não estávamos sequer no Parlamento. E, como o Sr. Deputado também terá a oportunidade de ver, com os documentos que o Livre pediu para distribuir, quando o Livre teve de fazer críticas aos Governos do PS, fez essas críticas, exatamente com a mesma coerência com que faz agora as críticas ao PSD, Sr. Deputado.

Aplausos do L.

Portanto, em termos de coerência, é preciso é olhar para os dois anos da AD, Sr. Deputado. Porque o Sr. Deputado falou, ali de cima, das ULS e da nomeação dos conselhos de administração das ULS e, Sr. Deputado, quantos conselhos de administração já nomeou o Governo da AD?

Vozes do L: — Ora, ora!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Quantos deles têm cartão do PSD, Sr. Deputado?

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — É verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Deputado, quantos diretores executivos em dois anos já teve este Governo da AD? Sr. Deputado, quantos presidentes do INEM já teve este Governo da AD…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não têm conta!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … em dois anos, Sr. Deputado?
Ainda bem que as demissões não resolvem os problemas do SNS, Sr. Deputado,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Todos! De A a Z! Todos!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … porque se resolvessem, então a AD era absolutamente campeã em termos de demissões, em termos de trocas, em termos de trocas de cadeiras e do jogo das cadeiras do SNS.
Sr. Deputado, nesse aspeto, a AD era completamente imbatível.
Mas, já agora, permita-me também que lhe fale da questão dos tarefeiros que a Sr.ª Ministra há pouco referiu. Porque, Sr.ª Ministra, o Livre tem criticado, desde a primeira hora, esse método de funcionamento. E já várias vezes também dissemos à Sr.ª Ministra: acabe com esse método de funcionar. Não é como a Sr.ª Ministra anunciou que iria fazer, que era simplesmente cortar de um dia para o outro e depois termos os médicos-tarefeiros a dizer que iriam parar de trabalhar, e o sistema iria colapsar. Mas a verdade, Sr.ª Ministra, é que desde 2024 para 2025, aquilo que o SNS gasta com médicos-tarefeiros aumentou 17 %, Sr.ª Ministra.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Qual é a solução do Livre?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Portanto, a Sr.ª Ministra não está a acabar com o problema, está a agravá-lo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O pedido de esclarecimento era para o Sr. Deputado. Não era para a Sr.ª Ministra, pois não? Ou eu estou distraído?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, quero, desde já, agradecer os elogios,…

Risos de Deputados do PSD.

… eu fico corado com as palavras que me dirigiram…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … e, por simpatia, também quero devolver e dizer que gostei muito das intervenções que fizeram nestes pedidos de esclarecimento.
Mas em relação à Deputada do Chega, a Deputada Patrícia Nascimento,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Carvalho.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … Patrícia Carvalho, peço desculpa, quero dizer-lhe que é para nós, PSD, muito satisfatório ouvir o Chega num debate sobre saúde. Não porque discordam das medidas, porque têm medidas alternativas, mas quando este Governo está a valorizar as carreiras, o Chega diz que é preciso valorizar mais.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Onde?…

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Quando este Governo está a investir e a construir novos hospitais, o Chega diz que temos de investir mais e mais rápido. Quando o Governo está a diminuir os tempos médios de espera nas urgências, o Chega diz que temos de diminuir ainda mais o tempo de espera. E, portanto, é fantástico ouvir o principal partido da oposição ser quase a maior claque deste Governo…

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

… e incentivar a que tenhamos mais resultados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, portanto, quero agradecer. Agora, não esperem é que para um Governo que está a marcar tantos golos, o Chega queira pedir a substituição dos melhores jogadores.

Continuação de protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

Relativamente à Sr.ª Deputada do Partido Socialista, Deputada Irene Costa, nós sabemos que o Partido Socialista não conhece este Serviço Nacional de Saúde que nós discutimos aqui hoje.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! Isso já nós sabemos!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Nós sabemos disso, mas também sabemos que conhecem muito bem o INEM, porque sabiam onde é que iam buscar os 120 milhões de euros…

Risos de Deputados do PSD.

… para comprar vacinas, e é para isto a pandemia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sabiam onde é que iam buscar esses 120 milhões de euros.
É pena que nas prioridades do Governo António Costa, em 2020,…

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

… tenham, por um lado, tirado 120 milhões de euros ao INEM e injetado 1200 milhões de euros na TAP.
As prioridades do Partido Socialista nós já as conhecemos há muito tempo.

O Sr. **Amílcar Almeida** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr.ª Deputada, está na altura de começar a conhecer o Serviço Nacional de Saúde.

Protestos da Deputada do PS Irene Costa.

Para responder ao Sr. Deputado do Livre, Deputado Paulo Muacho, quero agradecer-lhe a sua intervenção também e dizer-lhe que, ao longo desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), temos também ouvido as suas preocupações em relação ao setor da saúde e ao INEM, em particular. Ouvimos, e isto é sabido, todas as entidades e todos os depoentes que foram à CPI, onde o Sr. Deputado Paulo Muacho perguntava o que é a refundação do INEM.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ah!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Ontem, pela primeira vez, diante da Ministra da Saúde, 40 entidades depois, esqueceram-se de fazer essa pergunta.

Risos da Ministra da Saúde.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O PSD fez e a resposta ficou clara, o que é que era a refundação do INEM.
A pergunta, eu devolvo-lha, que é se o Livre vai estar do lado de quem quer refundar o INEM…

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

… ou se vai continuar do lado de quem quis afundar o INEM durante estes anos todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Carlos Pereira quer usar da palavra para…?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, gostaria que fosse distribuído aos Deputados do PSD, sobretudo, o Orçamento do Estado de 2015,…

Vozes do PSD: — Já passou!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Presidente!…

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas não o conhecem bem!
…onde foi introduzida a questão dos saldos de gerência que o Sr. Deputado referiu e, sobretudo,…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado…

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — E sobretudo…

Protestos do CH, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Esse documento é público, já temos feito aqui várias referências.

Continuação de protestos do CH, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — E sobretudo, que fosse distribuído o relatório…

O Sr. **Presidente**: — E vai ser distribuído. Vai ser distribuído! Muito obrigado!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … da Comissão Técnica Independente…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Não vamos usar a figura da interpelação à Mesa para fazer uma intervenção.

Aplausos do CH.

E, por isso, peço-lhe que seja cumpridor desta mínima lealdade que é para todos. Não é só para o Sr. Deputado, é para todos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (PCP): — Qualquer dia o PCP pede para distribuir o *Avante*!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, estou a pedir a distribuição de documentos…

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Um documento público, o Orçamento do Estado, como pode imaginar, não é razão para… Está bem?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, eu, para explicar os documentos, tenho de explicar o que é! Parece-me a mim!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Orçamento?!

O Sr. **Presidente**: — Já viram, já viram, já toda a gente viu! Já foi discutido o Orçamento do Estado de 2015, no momento certo.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Quando discutimos matérias importantes como a saúde, temos de ser claros e objetivos. Os portugueses não acreditam em quem diz que está tudo mal e, naturalmente, não acreditam também em quem diga que está tudo bem, e fazem bem em não acreditar.

Alguém que viva no Porto, como é o meu caso, não tem a mesma experiência com o Serviço Nacional de Saúde que tem uma pessoa de Lisboa ou da margem sul do Tejo. Temos de conseguir, desde logo, que estas assimetrias sejam corrigidas e que a qualidade e o tempo de resposta sejam semelhantes em todo o território nacional.

Mas existe um dado que não pode nem deve ser ignorado neste debate. Os centros de saúde têm mais 680 000 inscritos do que há 10 anos. Posto isto, temos de considerar a dificuldade em manter o nível de resposta, mesmo aumentando substancialmente a despesa, como tem acontecido quando o número de inscritos no SNS aumentou tão substancialmente.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, mesmo com mais atos realizados por dia, mesmo com acordos com várias carreiras de saúde, mesmo com mais profissionais a trabalhar no Serviço Nacional de Saúde, mesmo com mais médicos de família atribuídos, mesmo com os novos hospitais a saírem finalmente do papel, é certo que ainda não está tudo bem e que dois anos não foram suficientes para resolver tudo.

E da mesma maneira que fomos objetivos até aqui, sejamos objetivos também a falar de outras mudanças estruturais que já aconteceram com este Governo. O Governo do Partido Socialista não descansou enquanto não pôs fim às PPP — respondiam mais rápido, com melhor qualidade e custavam menos dinheiro ao Estado.

Mas, para alguns, é preferível responder às exigências da extrema-esquerda do que às necessidades dos portugueses. Quem quer melhores cuidados de saúde não pode ignorar as PPP.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Quem quer saber dos doentes também não as pode ignorar.

Por isso, quem é sistematicamente contra um modelo que presta melhores cuidados a menor custo, pode dizer que está do lado de muita coisa, mas não pode dizer que está do lado do doente.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não é verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O mesmo em relação aos doentes oncológicos. Ao contrário do que muitas vezes ouvimos, a gestão da saúde durante a pandemia foi desastrosa, os doentes graves ficaram para trás. Foi este Governo que criou o OncoStop e permitiu aos nossos doentes oncológicos ter consultas e cirurgias a tempo e horas. Mas não podemos permitir também que os doentes oncológicos fiquem de novo esquecidos, agora que o programa foi concluído. Temos de continuar a alargar os rastreios a mais faixas etárias, criar novos programas e manter os mesmos tempos de resposta para consultas e cirurgias que foram conseguidos com este programa.

Com a linha SNS Grávida, permitimos que as urgências de ginecologia e obstetrícia ficassem menos sobrecarregadas, evitando deslocações desnecessárias. Também é certo que ainda existem grávidas a ter os seus bebés a caminho dos hospitais, mas são a exceção; não são a regra, ao contrário do que muitas vezes se diz. E também no socorro estamos a fazer as reformas para que o INEM volte a ter o selo de qualidade que já teve.

Mas ainda há muito para fazer também noutras áreas, desde logo reduzir os internamentos sociais. Na semana passada encerraram mais duas unidades de cuidados continuados. Infelizmente, ainda não foi possível atualizar o valor da diária por utente, como é necessário para evitar estes encerramentos. Precisamos de o fazer com urgência, só assim seremos capazes de reduzir os internamentos desnecessários e proporcionar os devidos cuidados a doentes referenciados para cuidados continuados.

E, por fim, os cuidados paliativos. Metade dos doentes referenciados para cuidados paliativos morre sem ter tido acesso aos mesmos. No caso das crianças, 90 % das que foram referenciadas morrem sem ter tido acesso a estes cuidados.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nunca se gastou tanto em saúde e nunca houve tantos utentes no Serviço Nacional de Saúde. A esquerda maximizou a despesa e maximizou a procura, designadamente com as portas abertas na imigração.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Já cá faltava! São sempre os mesmos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ao mesmo tempo, sacrificou a eficiência, como disso é exemplo o fim das PPP.

Nunca houve tantos portugueses com seguro de saúde e, por alguma razão, será. Mais de um terço das pessoas tem, hoje em dia, um seguro de saúde e paga duas vezes os seus cuidados de saúde, como já aqui foi dito.

Com este Governo, seguimos uma lógica de privilégio da equidade na prestação de cuidados e de gestão competente para assegurar a eficiência da afetação de recursos. Ainda há muito por fazer, o prognóstico poderá ser, na opinião de alguns, reservado; mas o que é certo é que a política de saúde saiu do estado terminal em que a esquerda a deixou. O caminho é seguir em frente e não voltar para trás. Sempre com a mesma prioridade — as pessoas.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Para o Francisco estavam mais entusiasmados!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Podiam ter-se levantado para o João!

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal. Faça favor.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.ª Presidente, Sr.ª Ministra, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.ªs e Srs. Deputados: O debate que o Livre aqui traz hoje é um debate legítimo, porque o estado da Saúde em Portugal continua a ser um motivo de enorme preocupação. E isto numa altura em que existem cada vez mais portugueses a pagar dois sistemas de saúde, um através dos impostos, outro do próprio bolso. Porque o serviço público continua, demasiadas vezes, sem conseguir dar uma resposta adequada. Não por acaso, no final de 2025 existiam quase 4 milhões de pessoas com seguro de saúde em Portugal, sendo que a própria ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) identificou a dificuldade de acesso ao SNS como o principal motivo para contratar um seguro.

Dois anos depois, a AD, este Governo, já não pode continuar a refugiar-se na herança: quem governa responde pelos resultados. E a verdade é que os problemas de acesso, de resposta e de organização do sistema continuam muito longe de estar resolvidos.

Os dados mostram isso mesmo. Em fevereiro de 2026 continuavam a existir quase 1 milhão e 600 mil pessoas sem médico de família. Os dados da ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde, IP) mostram que, em dezembro de 2025, existia cerca de 1 milhão e 100 mil utentes à espera para uma consulta e cerca de 267 000 à espera de uma cirurgia, sendo que o problema da saúde em Portugal não é quanto se transfere do Orçamento do Estado. É que, apesar disso, o SNS fechou 2025 com um saldo negativo de 1035 milhões de euros e com a despesa a crescer 6,4 %.

Portanto, mais despesa, mais pressão sobre o sistema, e ainda sem a resposta que os utentes precisam. Mas há outra coisa que convém dizer. É que este debate não pode servir para fingir que a alternativa à incapacidade de resposta deste Governo é simplesmente voltar a confiar no mesmo modelo, que continua a falhar tantas vezes.

O Livre faz um diagnóstico duro sobre o SNS e, em muitos aspetos, esse diagnóstico é fácil de acompanhar. O problema é a solução, porque olhando para as propostas do Livre, o que encontramos é, no essencial, um maior reforço do SNS, mas sempre dentro da mesma lógica, de mais contratação pública, mais estatismo, mais centralização, mais medidas pontuais e não uma verdadeira reforma do modelo de organização que está na origem de muitos destes bloqueios.

E, novamente, Srs. Deputados do Livre, é aqui que está a diferença para a Iniciativa Liberal. Para nós, o centro do sistema não é a máquina do Estado, o centro do sistema tem de ser o utente.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — O que importa não é proteger um modelo por razões ideológicas, o que importa é garantir que todas as pessoas têm acesso a cuidados de saúde, em tempo útil, com qualidade e segurança, proximidade e liberdade de escolha. E isso exige coragem para transformar um modelo em que o Estado concentra em si demasiadas funções, um modelo que não tem incentivos suficientes à qualidade, à eficiência, ao mérito, aos resultados em saúde e à responsabilização.

É precisamente por isso que a Iniciativa Liberal defende uma reforma estrutural com mais autonomia de gestão, capacidade de decisão, reforço da regulação e liberdade de escolha efetiva para os cidadãos.

Defendemos a utilização de toda a capacidade instalada no País, sem preconceitos ideológicos, para podermos aumentar o acesso e reduzir as listas de espera.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Defendemos a autonomia para os conselhos de administração das unidades locais de saúde, para que possam contratar, gerir e decidir. Defendemos uma verdadeira valorização dos

profissionais de saúde, com distinção e incentivos pelo mérito. E defendemos que sempre que as PPP ou outra forma de contratualização forem a solução mais vantajosa para os utentes e para os contribuintes, devem poder ser usadas. Porque aquilo que o País já percebeu é isto: não basta aumentar a despesa se o modelo continua a ser incapaz de transformar recursos em respostas. Não basta anunciar planos se o sistema continua a funcionar permanentemente em crise. E não basta dizer que se defende o SNS se isso significar apenas continuar a defender o modelo e não garantir o acesso real das pessoas aos cuidados de saúde de que precisam.

Sr.as e Srs. Deputados, ao contrário das mentiras que insistem em dizer quando já não têm argumentos, a Iniciativa Liberal tem sido bastante clara. Nós não queremos acabar com o serviço público, queremos salvá-lo da degradação em que caiu…

A Sr.ª **Angelique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … e queremos fazê-lo com liberdade, com exigência, transparência e foco nos resultados.

Aplausos da IL.

Por isso, Srs. Deputados, este debate devia servir para uma escolha entre uma AD que prometeu mais do que aquilo que entregou e um Livre que continua a propor mais do mesmo.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E o vosso sistema?!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — A Iniciativa Liberal é a única força política que assume com coragem que a saúde em Portugal precisa de uma verdadeira reforma e, na realidade, já apresentou essa reforma.

Portanto, Sr.ª Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, na saúde o que importa não é proteger o sistema de si próprio,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É proteger é vocês!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … o importante é proteger as pessoas do falhanço do sistema.

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP. Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr.ª Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Ontem mesmo, o PCP esteve na rua, junto dos utentes, junto dos profissionais de saúde, para ouvir exatamente e para conhecer a situação real do Serviço Nacional de Saúde, no âmbito de uma ação nacional sobre o lema «Defender o direito à Saúde, Defender o SNS», em que realizámos cerca de 60 iniciativas em todas as regiões do País.

Aquilo que pudemos ouvir, por parte dos utentes, contrasta, em toda a linha, com a propaganda que o Governo veio hoje aqui fazer.

A verdade é que dois anos de PSD e CDS no Governo não só não resolveram nenhum dos problemas do Serviço Nacional de Saúde, como os agravaram. O Governo já assumiu publicamente que não vai cumprir a promessa que tinha feito relativamente aos médicos de família — aliás, não só não vai cumprir como ainda a vai agravar, ao retirar utentes da lista dos médicos de família que não tenham contato com o SNS há mais de cinco anos.

Isto não vai resolver problema nenhum ao afastar e excluir as pessoas do acesso aos cuidados de saúde.

As listas de espera, ficámos a saber no outro dia, pela voz do diretor executivo, vão manter-se, ou seja, da parte deste Governo não há respostas efetivas para reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde. Aliás,

aquilo que o Governo tem feito e as consequências das suas políticas são um milhão e meio de utentes que não têm médico de família, são listas de espera para consultas, cirurgias, tratamentos, é o encerramento de serviços, como se verificou com o encerramento do serviço de urgência, quer do Hospital de Vila Franca de Xira, quer do Hospital do Barreiro, e o Governo já anunciou que a intenção não é ficar por aqui.

Ou seja, para tudo aquilo que tem a ver com o Serviço Nacional de Saúde não há respostas, mas já no que diz respeito a transferir para os grupos privados, aí, sim, o Governo tem uma multiplicidade de medidas, seja as USF modelo C, sejam convenções, a opção pelas parcerias público-privadas, a facilitação e o alargamento do encaminhamento de utentes para os privados com este novo mecanismo que designou de SINACC.

Isto ao mesmo tempo que o Governo mantém às unidades públicas de saúde o garrote orçamental e sem qualquer autonomia.

A Sr.ª Ministra falou aqui de investimentos, mas a verdade é que este Governo nem aqueles que estão previstos no Orçamento do Estado concretiza.

Portanto, estamos perante um Governo que, como referi, não só não resolve os problemas como os agravou, porque é esta a sua opção política. A opção política deste Governo não é que tenhamos mais Serviço Nacional de Saúde no nosso País, mas com as medidas que vai fazendo, vai empurrando ainda mais os profissionais para fora do Serviço Nacional de Saúde, porque não há uma efetiva valorização das suas carreiras e das suas condições de trabalho.

Mas a verdade é que, no nosso País, este Governo, à medida que reduz a capacidade do Serviço Nacional de Saúde, aumenta a oferta ao nível dos grupos privados — este é o verdadeiro intento. E para isto não contam com o PCP, como é óbvio. Aliás, ontem estivemos na rua com os utentes, com os profissionais de saúde, e é lá, nessa luta pelo direito à saúde, pelo reforço do Serviço Nacional de Saúde que vamos continuar a intervir, porque preconceito ideológico têm todos aqueles que aqui vêm dizer que o Serviço Nacional de Saúde não é a solução — é, sim, a solução. É preciso é que haja investimento e reforço e não estas políticas para a sua destruição.

Aplausos do PCP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ninguém disse isso!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, vai-se tudo embora! É o Livre a falar!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Ministra, Srs. Membros do Governo: A saúde e o bem-estar de uma população não se medem apenas com indicadores de esperança de vida ou de episódios de urgências, medem-se também pela qualidade de vida e a saúde mental das pessoas.

Por isso, é ainda mais significativo que não haja nenhuma referência direta à saúde mental nas Grandes Opções do Governo para 2025-2029 e que as poucas menções que constam da lei do Orçamento do Estado tenham sido adicionadas por propostas de alteração do Livre.

Enquanto isso, é notório que existe um problema sério de saúde mental em Portugal, que é, muitas vezes, subestimado. Não faltam estudos para o comprovar: 20 % da população portuguesa tem um diagnóstico de saúde mental; 23 % dos alunos do ensino superior referem ter um diagnóstico de saúde mental; Portugal é o país da União Europeia com maior consumo de antidepressivos; 47 % dos médicos e 52 % dos enfermeiros, em Portugal, manifestam sintomas de *burnout*.

Perante esta realidade, o Livre tem apresentado, ao longo desta legislatura, várias propostas concretas: psicólogos e nutricionistas nos cuidados de saúde primários, chumbada pelo PSD e CDS; contratação de mais psicólogos nos serviços de pediatria dos IPO (Instituto Português de Oncologia), chumbada pelo PSD e CDS; promoção da saúde mental dos médicos internos no Serviço Nacional de Saúde, aprovada com os votos contra do PSD e do CDS; alargamento das equipas comunitárias de saúde mental, aprovada com os votos contra do PSD e do CDS; concretização do rácio de um psicólogo por 500 alunos nas escolas públicas, aprovada com os votos contra do PSD e do CDS.

Voltando a estas duas últimas medidas, o que vai fazer, Sr.ª Ministra, para reforçar a contratação de psicólogos nas escolas públicas e para alargar as equipas comunitárias de saúde mental, inscritos na lei do Orçamento do Estado para 2026? Importa também saber quando tenciona o Governo tratar a saúde mental como uma verdadeira prioridade de saúde pública.

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, eu não quis interromper a intervenção da Sr.ª Deputada e, portanto, deixei-a terminar, mas, na verdade, há demasiado ruído na Sala, neste momento, e isso dificulta a intervenção dos oradores e também de quem os quer ouvir.

Portanto, agradeço à Câmara que reduza, por favor, o nível de ruído na Sala.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Matos, do PS. Faça favor.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Ministra, Srs. Secretários de Estado: Em outubro de 2024, o SNS dispara pagamentos em atraso, o valor mais alto desde 2020; outubro de 2025, dívidas do SNS — novo *record*, pagamentos em atraso chegam aos 616 milhões; fevereiro de 2026, hospitais arrancam o ano com falta de verbas para medicamentos; abril de 2026, 12 unidades do SNS com falta de verbas para assumirem despesas.

O orador exibiu as folhas que referiu.

Sr.ª Presidente, falta seguramente melhor gestão, mas falta também dinheiro ao SNS.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Mais?!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falta dinheiro? É falso!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E nós avisámos quando a Sr.ª Ministra e o Governo quiseram cortar, neste Orçamento do Estado, 880 milhões de euros ao SNS.

Na altura, o Governo nem se dignou a explicar quais seriam as eficiências para alcançar esse objetivo. Pois claro, foi-se a ver e, meia dúzia de meses depois, o diretor executivo mandou cortar cirurgias e consultas aos administradores hospitalares.

E, agora, a Sr.ª Ministra tem o desplante de vir anunciar aqui 50 milhões de euros para obras?! Sr.ª Ministra, não são 50 milhões, são 880 milhões de euros que a Sr.ª Ministra tem de repor ao Serviço Nacional de Saúde.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto é surreal!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas, Sr.ª Presidente, falta dinheiro, é verdade, mas também falta melhor gestão e havia uma maneira de assegurar melhor gestão.

Em maio de 2024, o Tribunal de Contas apela a uma solução legislativa para resolver a falta de fundos disponíveis no SNS. Veio o plano de emergência — nada! Vieram dois Orçamentos do Estado — Nada! Vieram já três secretários de Estado da Gestão da Saúde, Sr.ª Ministra — e nada! Há umas semanas veio uma proposta de lei do Governo para alterar uma lei fundamental nesta área, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso — também nada! Ora, esta é uma lei, para os portugueses que não saibam, que é um absoluto garrote à gestão financeira do SNS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Surreal! Do princípio ao fim, a sua intervenção é surreal!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O PS apresentou uma proposta de alteração para empoderar os administradores hospitalares para fazerem essa gestão de forma mais livre, para excluir dessa lei todas as

despesas que fossem essenciais à prestação de cuidados de saúde para que nunca mais falte dinheiro, Sr.ª Ministra, para comprar medicamentos oncológicos.

E o que é que faz o PSD? Votou contra, O que é que faz o Chega? Absteve-se, deixando que essa proposta chumbasse.

Protestos do CH.

Mas os problemas continuam, Sr.ª Ministra, e é por isso que lhe faço um apelo, use o tempo que lhe resta para poder responder a esta pergunta: está disponível a reconsiderar ou não? Está disponível para dar ao SNS as ferramentas e o orçamento, para que ele possa funcionar?

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rodrigo Alves Taxa, do Chega, a quem dou a palavra.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, quero saudar o regresso do verdadeiro líder do Partido Socialista. Bem-vindo de volta, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

Risos do CH.

Sr. Deputado Miguel Costa Matos, quero dizer-lhe o seguinte: no tempo de António Costa, o SNS tinha listas de espera brutalmente elevadas, urgências frequentemente encerradas, desgaste dos profissionais em níveis nunca vistos, utentes sem médico de família em número *record* — bem sei que já foi batido, mas, na altura, era assim —, tempos de espera para consultas e cirurgias, que nunca mais acabavam, e pilhas e pilhas de dívidas aos fornecedores.

Politicamente — e desculpe-me estar a ler, que não gosto de trazer notas, mas achei importante —, Marta Temido acabava com a PPP do Hospital de Braga, alegando indisponibilidade do gestor privado e, rapidamente, acabava desmentida por ele.

Em entrevista ao *Diário de Notícias*, dizia que não iria negociar com os enfermeiros que estavam em greve, considerando que isso seria negociar com os criminosos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade! Isto é verdade!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Mais tarde jurava que todas as falhas do mundo eram culpa dos anos 80, talvez do Cavaco…!

Já António Costa chamou cobardes aos médicos, a propósito de um surto de covid-19 em Reguengos, considerava que a Final da Champions era um pagamento mais do que justo aos profissionais de saúde e, durante a crise das urgências de 2022, disse, e cito «parte dos problemas seriam resolvidos na segunda-feira». Talvez fosse, só não disse qual era a segunda-feira.

Resumindo, Sr. Deputado Miguel Matos, a gestão socialista resume-se a isto: despejar dinheiro nos problemas, como sempre, e não resolver coisa nenhuma.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E criaram, pois, está claro, a direção executiva do SNS. Mais um tacho para um «companheiraço», ou *compagnon de route* sem colocação, desse ponto de vista pode ter sido útil, mas sem nenhuma utilidade que não tirar as responsabilidades da tutela.

Ó Sr. Deputado Miguel Matos, com o apreço que sabe que tenho por si, a minha questão é só uma: o problema do Partido Socialista é incompetência, ou é mesmo falta de vergonha na cara?

Aplausos do CH.

Vozes do CH: — Muito bem! Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Matos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, agradeço a sua pergunta.
É verdade que nós, durante esses oito anos, duplicámos o orçamento do SNS.

Protestos do CH.

É verdade que tivemos mais médicos, mais enfermeiros,…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … mais consultas, mais cirurgias. Estes são os factos, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

E é verdade que também tivemos dificuldades. É verdade, mas também fizemos acordos com os médicos,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — 75 horas!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … também fizemos acordos nas carreiras, no sentido de introduzir incentivos ao desempenho, pagamentos com incentivos ao desempenho.

Mas o senhor está esquecido de uma coisa, é que já passaram dois anos. E qual é o balanço destes dois anos? As listas de espera estão pior, os pagamentos em atraso estão pior, a produção do SNS diminuiu. Sr. Deputado, não desresponsabilize este Governo, aponte as baterias a quem é responsável por o SNS, hoje, estar pior do que quando o Partido Socialista deixou o Governo.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não tem novas inscrições. Agradeço às direções das bancadas que decidam se querem fazer inscrições para usar dos tempos que ainda têm, ou se passamos ao encerramento.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Barreira Soares, do Grupo Parlamentar do Chega.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr.ª Presidente, Exm.ª Sr.ª Ministra, Exm.os Srs. Secretários de Estado, Exm.os Srs. Deputados: Hoje, não vou ser muito duro com a Sr.ª Ministra, sinto-me estranhamente simpático.

Sr.ª Ministra, é certo e sabido que, infelizmente, nunca tivemos um bom sistema de saúde em Portugal, mas houve uma esperança. Houve uma luz ao fundo do túnel quando este Governo tomou posse e prometeu salvar o Serviço Nacional de Saúde em 60 dias — 60 dias. Bem, em 60 dias, efetivamente, nunca acreditei, mas, confesso que dois anos depois, pensei que estivéssemos com um diagnóstico mais simpático do que o que temos hoje.

Falharam nos médicos de família, falharam nas listas de espera, falharam no INEM, falharam no acesso, falharam na verdade. E os números são demolidores. Mais de 1 milhão e 500 mil portugueses sem médico de

família, mais de 1 milhão de utentes à espera de consulta, mais de 260 000 à espera de cirurgia. Isto não foi uma recuperação, isto não foi uma reforma, isto foi uma degradação.

Prometeram resolver, não resolveram. Prometeram cumprir prazos, não cumpriram. Prometeram resposta, entregaram espera. Mas há uma frase que resume toda esta governação. Não foi dita pela oposição, não foi dita por um sindicato, não foi dita por um comentador; foi dita pelo próprio Diretor-Executivo do Serviço Nacional de Saúde: «Vamos ter de viver com as listas de espera.»

As urgências de obstetrícia encerradas, Sr.ª Ministra, não lhe consigo perdoar o facto de as urgências de obstetrícia do Hospital de Vila Franca de Xira estarem fechadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Grávidas desviadas dezenas de quilómetros, bebés a nascerem em ambulâncias, esperas de 17 a 20 horas, e mesmo em crise, polémicas sucessivas, desculpas sucessivas.

Onde é que está a reforma? Onde é que houve a reforma? Houve apenas propaganda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — E o célebre plano de emergência? Outra fraude política. Uma peça central dessa reforma, o SINAC (Sistema de Informação Nacional de Acesso a Consulta e Cirurgia), não chegou em 60 dias, chegou 732 dias depois. Na saúde, a AD prometeu choque de gestão, entregou choque de realidade.

Exm.os Senhores, precisamos de mais médicos, não digam que não. Precisamos de melhores condições para os médicos. Precisamos que os médicos tenham uma remuneração mais justa. Precisamos de garantir que a Ordem dos Médicos sirva verdadeiramente os cidadãos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Precisamos que se faça uma política com cabeça e com coragem, que seja verdadeiramente reformista e que se possa pensar em todos.

Sr.ª Ministra, bem sei que lhe prometi ser simpático, mas a senhora também me prometeu que salvava o Serviço Nacional de Saúde em 60 dias.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Inscreveu-se para uma intervenção a Sr.ª Secretária de Estado da Saúde.

Faça favor, Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde** (Ana Povo): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Permitam-me voltar a uma questão colocada pela Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real relativamente ao cancro da mama. Lembro que no resto da Europa já tinha sido alargado o rastreio do cancro da mama para idades a partir dos 45, em vez dos 50, e nada foi feito em Portugal. Fomos nós que, mal chegámos, alargámos para dos 45 até aos 74 anos. Mas, não fizemos só isso. Incluímos também na norma do rastreio do cancro da mama um exame muito mais sensível para fazer este diagnóstico, a tomossíntese.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

E permita-me falar exatamente dos rastreios, é uma grande preocupação para nós. Sabemos que as políticas de promoção da saúde e prevenção da doença demoram muito tempo a ter impactos diretos na sociedade, mas sabemos que a realização de rastreios nos permite, muitas vezes, em algumas situações, evitar mesmo o aparecimento de cancro e, noutras situações, diagnosticá-lo mais cedo.

E o que é que fizemos? Publicámos uma portaria que define todo o modelo integrado de governação de rastreios de base populacional. Isto porquê, Sr.ª Deputada? Porque no nosso País, até há bem pouco tempo,

não havia uma equidade nacional na política dos rastreios. Conforme a região do País integrada nas ARS (administrações regionais de saúde), havia uma forma ou outra de fazer rastreios. Nós não queremos isso. Nós consideramos que os portugueses são todos iguais e têm direito a acesso igual.

Então, o que é que fizemos já? Rastreio do cancro do colo do útero. Isto previne cancro. Em 2024, ajustámos dos 25 para os 30 anos e alargámos dos 60 para os 79. Mas, não fizemos só isso, porque sabemos que especificamente neste tipo de cancro, que atinge as mulheres, a vacinação é fundamental e evita o aparecimento da doença.

Posso-lhe dizer que é nossa meta tornar o nosso País livre do cancro do colo do útero e, por isso, fizemos o alargamento da vacinação contra o HPV (vírus do papiloma humano) até aos 26 anos.

Rastreio do cancro do cólon e reto, e falo destes dois, porque quer no caso do colo do útero, quer no do cancro do cólon e reto, os rastreios evitam mesmo o aparecimento de doença. O que estamos a preparar, no rastreio do cancro do cólon e reto, muito pedido pelas associações de pessoas que vivem com doenças, é que haja uma estratégia nacional e seja feito da mesma maneira para todo o País. O modelo — peço desculpa, vai, de certeza, surgir aqui um conflito de interesses — que era aplicado na região Norte do País, e que é o que tem maior cobertura e maior acessibilidade, nós vamos aplicá-lo a nível nacional.

Também implementámos o rastreio do cancro do pulmão, com financiamento já previsto e assegurado através do imposto do tabaco. O rastreio do cancro do pulmão é piloto, tal como é recomendado a nível europeu.

Sr.ª Deputada Marta Silva, quero explicar-lhe que a estatística é uma ciência. A estatística é uma ciência muito engraçada, porque nos permite interpretar os dados para dizer aquilo que nós queremos.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

A questão sobre a mortalidade durante o inverno é que ela não pode ser avaliada ao longo das semanas, porque ela é diferente numa semana e diferente noutra semana. Isto porquê? Porque os vírus circulam de maneira diferente. A senhora trouxe-nos um gráfico e eu agora vou-lhe mostrar outro gráfico.

A oradora mostra um gráfico.

Semana 4: a Espanha tem um excesso de mortalidade maior do que Portugal. Eu não sei porque que mostrou esse.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Com o mal dos outros podemos nós bem!…

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Semana 14: Sr.ª Deputada, há situações que, deixe-me explicar,…

Protestos do Deputado do Chega Pedro dos Santos Frazão.

… não, eu não vivo bem com as mortes porque sou médica, Sr. Deputado, fiz um juramento chamado Juramento de Hipócrates.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não parece!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Eu luto pela vida.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não parece!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Quero dizer-lhe que há situações que nenhum político consegue controlar. Caso não saibam, este ano, o vírus da gripe que circulou em Portugal e no resto da Europa, era uma estirpe que não estava 100 % coberta pela vacinação, mas, mesmo assim, Portugal conseguiu este ano atingir

máximos de vacinação: 87,7 % nas pessoas com mais de 85 anos, numa vacina de dose reforçada, também por nós introduzida, e 73 % nas com mais de 65 anos. De facto, não conseguimos controlar tudo, mas estamos aqui para tratar das pessoas e lutar pela saúde dos portugueses.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.ª Secretária de Estado tem dois pedidos de esclarecimento. A Mesa agradece que informe como é que pretende responder. Em conjunto?

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sim, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O primeiro pedido de esclarecimento é da Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Grupo Parlamentar do Livre.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr.ª Presidente, Sr.ª Ministra, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados, a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde decide-se, antes de mais, na prevenção e promoção da saúde, mas continuamos a assistir a uma discrepância, entre discurso e execução.

Apenas 1 % do Orçamento do Estado para 2026, na área da saúde, é dedicado à prevenção e os programas anunciados não têm implementação efetiva.

Nos comportamentos aditivos, em particular no jogo e nas apostas, essa falha é especialmente evidente. Aproximadamente 1,3 % da nossa população está em risco, 0,6 % em situação de dependência, com impacto significativo nas pessoas e nas suas famílias. Sabemos que a responsabilidade não pode ser apenas individual e que cabe ao Estado reduzir o risco, limitar a exposição e proteger os mais vulneráveis.

A Sr.ª Secretária de Estado tem a tutela do ICAD (Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, IP). Foi por isso que o Livre apresentou um conjunto de propostas para regular a publicidade ao jogo, proteger menores e grupos vulneráveis, incluir advertências obrigatórias de saúde pública e proibir patrocínios. Estas propostas, que dão resposta concreta aos problemas identificados, foram rejeitadas hoje em comissão, apesar de terem sido do maior bom-senso e de terem sido melhoradas após termos ouvido reguladores, especialistas em saúde pública e outras entidades.

Mas o debate não termina aqui e haverá nova oportunidade que vos daremos para corrigirmos estas votações.

Sr.ª Secretária de Estado, a AD incluiu estas preocupações sobre publicidade dirigida a jovens e crianças, publicidade que glorifica o jogo, no seu Programa do Governo, tendo copiado as propostas do programa do Livre sobre esse assunto.

O que gostaríamos de saber hoje, é porque é que, então, não acompanharam as nossas propostas. Não estão preocupados? Não entendem que é um problema grave? Era isso que gostava de saber.

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para o segundo pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr.ª Ministra, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado, vou ser muito rápido, mas tenho que fazer esta pergunta.

Falou em sensibilidade; tenho a dizer-lhe que este Governo é o mais insensível que existe. Este Governo, suportado por esta bancada parlamentar, chumbou nesta Casa o pagamento das baixas a 100 % aos doentes com cancro. A Sr.ª Secretária de Estado pode vir agora com rastreios, com aquilo que quiser, mas chumbaram-no e fica marcado nesta Casa, na história parlamentar, que os senhores chumbaram os 100 % aos doentes com cancro.

Aplausos do CH.

Sr.ª Secretária de Estado, gostava que dissesse assim: nós vamos apoiar quem, infelizmente, o cancro lhe bateu à porta. Era isso que a Sr.ª Secretária de Estado devia dizer.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra para responder a Sr.ª Secretária de Estado, que teria até 3 minutos; já não tem exatamente esse tempo, tem 2 minutos e 20 segundos, mais a tolerância.

Faça favor, Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Saúde**: — Sr.ª Presidente, o ICAD, de facto, está sob a minha tutela e o ICAD está cheio de projetos novos, também na área de jogos, que gostava de passar aqui a referir.

Relativamente à adição com substância, temos a implementação da teleconsulta em psiquiatria, já em funcionamento em todas as unidades de intervenção local, com o objetivo de aumentar o acesso às consultas especializadas.

Revisão do circuito da carrinha PORI (Plano Operacional de Respostas Integradas), em Lisboa, nomeadamente na zona da estação da Bela Vista, num trabalho em articulação com a Metro de Lisboa e a entidade responsável por este PORI.

Projeto de formação para os profissionais da Metro de Lisboa, desenvolvido pelo ICAD, no âmbito da prevenção e respostas a situações relacionadas com o consumo de drogas.

E também avaliação da abertura de um novo PORI na cidade do Porto, onde se prevê um projeto de menor dimensão e custos, incluindo a possibilidade de candidatura a fundos europeus, em parceria com a Câmara Municipal do Porto.

Criação de uma consulta descentralizada em Lisboa, na zona da Mouraria, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, atualmente em fase de identificação do espaço.

Nós acreditamos que estes projetos se façam em proximidade e em trabalho com as autarquias.

Relativamente ao jogo — não me esqueci —, desenvolvimento de um programa de intervenção na área do jogo, a implementar no Restelo, com equipa clínica constituída e obras já orçamentadas. Contará com um protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal, que financiará atividades do ICAD na área do jogo, incluindo requalificação dos espaços e a ação de prevenção em comunicação. Foi realizada, na semana passada, a primeira reunião deste Fórum do Jogo.

Quanto ao tema do álcool, refiro a reabertura da Unidade de Alcoologia de Lisboa — a funcionar nas Taipas, atualmente com 12 doentes internados, enquanto decorrem as obras de requalificação do edifício da unidade —, assim como a reorganização do ambulatório da Unidade de Alcoologia, em Lisboa, e a reorganização interna da Unidade de Alcoologia do Porto, em Matosinhos, centrada em melhores fluxos assistenciais.

Portanto, Srs. Deputados, continuamos a trabalhar. Não deixamos ninguém para trás.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª Presidente (Teresa Morais): — Está inscrito, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, cumprimento-a.

Sr.ª Ministra, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.ªs e Srs. Deputados: O Governo da AD chegou ao poder com o Plano de Emergência para a Saúde. Emergência pouco comum dos portugueses. Regra geral, significa urgência, rapidez, resultado.

Dois anos depois, os números chegaram, vamos a eles: 1 milhão e 88 mil pessoas à espera de uma consulta, mais 14 % do que há um ano, 274 000 à espera de uma cirurgia, 1 milhão e meio sem médico de família, mais do que quando este Governo entrou em funções.

Mas o Governo, para tudo isto, como ouvimos neste debate, tem explicações particularmente criativas. A Sr.ª Ministra diz-nos que o SNS nunca deu uma resposta tão intensa em qualidade e quantidade como agora; contou esta fábula no mesmo dia em que os profissionais de saúde protestavam à porta do seu ministério. O Primeiro-Ministro garante-nos que, há um ano, a saúde estava pior do que está agora. No entanto, a saúde no Portugal real, de facto, não está igual. O problema é que o Sr. Primeiro-Ministro confunde as mudanças: na saúde, o Governo engatou mesmo a marcha atrás; também é uma mudança, mas é no sentido contrário. O Sr. Deputado Miguel Guimarães conseguiu dizer, sem se rir, que as listas de espera estão a crescer porque hoje há mais confiança no Serviço Nacional de Saúde. Confiança para o PSD e o CDS: um milhão de pessoas à espera de consulta não é um problema, é um testemunho de fé do povo português!

Sr.ª Ministra, os portugueses estão fartos de esperar. O Governo tem de deixar de dar explicações fantasiosas e garantir saúde e qualidade a tempo e horas, como prometeu quando assumiu funções. É isso que lhe é exigido, deixar de torturar os números. Reparo que a Sr.ª Secretária de Estado descobriu as maravilhas da estatística. Era bom que fizesse convergir a sua ação governativa com os números e apresentasse soluções para resolver os problemas, em vez de os adensar ou tentar tratar como agência de comunicação o que se precisa de tratar com política pública de saúde eficaz, que garanta, de norte a sul, que o SNS responde melhor, em vez de a sul termos uma resposta cada vez mais frágil do Serviço Nacional de Saúde. Foi isso que prometeu em duas eleições, está a fazer plenamente o contrário. Por isso, Sr.ª Ministra, se vai continuar no Governo, inverta as suas políticas e, de uma vez por todas, garanta que os portugueses têm direito à saúde que pagam através dos seus impostos.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Susana Correia, tem a palavra para uma intervenção. Faça favor.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, Sr.ª e Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Se há área onde se pode medir a capacidade de um Governo em proteger as pessoas é na saúde. A AD prometeu um Serviço Nacional de Saúde mais eficiente, mais rápido e mais acessível. O País hoje tem um Serviço Nacional de Saúde mais frágil, mais instável e mais desigual.

Dois anos depois, há uma pergunta que se impõe: afinal, o que é que mudou, de forma concreta? Um Governo que falha em eficiência e falha na execução, que cede aos interesses instalados e toma decisões sem qualquer racional. Governa entre anúncios e não se percebe sequer uma visão coerente para o Serviço Nacional de Saúde.

Afinal, há um plano, ou havia um plano, como diziam os Srs. Deputados do PSD. Um plano que falhou e um plano que está a falhar. A falhar nos cuidados primários, a falhar nas urgências, a falhar aos bebés e às mães, a falhar aos mais idosos e aos mais vulneráveis, a falhar aos doentes oncológicos e a falhar na gestão. Aumentou o número de utentes sem médico de família, apesar da promessa do Sr. Primeiro-Ministro. Quem é que não se lembra da célebre frase «médicos de família para todos os portugueses»?

Também na Oncologia, quem é que não se lembra da célebre frase «zero utentes a aguardar cirurgia oncológica»? Também falhou. As listas de espera estão a crescer, são mais os utentes à espera e mais tempo. E este Governo está sem soluções.

O Serviço Nacional de Saúde apresenta o maior défice dos últimos tempos, como já hoje aqui ouvimos. As ULS não estão a ver os seus contratos-programa aprovados e, ao contrário do que a Sr.ª Ministra da Saúde nos disse sobre os medicamentos, sabemos que, neste momento, há mesmo medicamentos em que os contratos estão parados, portanto, estão utentes sem medicamentos — informação também das ULS — e há um recorde no número de tarefeiros, também apesar do que hoje aqui foi dito. Há menos atividade assistencial, o que, no final, será menor acesso.

Infelizmente, o Serviço Nacional de Saúde está em queda. O Partido Socialista não ignora os problemas e os desafios do Serviço Nacional de Saúde. Nunca os ignorou. Mas também não aceita que quem tem a responsabilidade de governar, em vez de o fazer, atire as suas responsabilidades para fora, prejudicando com isso os portugueses.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Mesmo?!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Convido as Sr.as e Srs. Deputados, convido mesmo, a fazerem uma comparação entre os dois últimos anos de governação do Partido Socialista e os dois últimos anos de governação da AD. Façam uma comparação. Liderança, reformas em curso, incentivos às equipas, integração de cuidados.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh, meu Deus! Mas acredita mesmo nisso?!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — É caso para dizer, e percebeu-se isso pela intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, é caso para dizer que embora criticando as reformas em curso, também não tiveram nada de novo para apresentar. E embora criticando o que estava em curso, o que realmente está a funcionar é aquilo que estava em curso no tempo do Partido Socialista. Caso contrário, o Governo da AD teria zero para apresentar de melhoria e de diferença aos portugueses, apesar das promessas. E tendo em conta a baixa atividade assistencial, o aumento das listas de espera e o fraco desempenho, é caso para dizer, Sr.ª Ministra da Saúde, que se se tratasse de uma unidade local de saúde, se calhar estaria na hora de substituir o Conselho de Administração.

Portanto, sobre o título que nós temos aqui, o prognóstico é reservado. O problema não é do título. O problema é que nós não temos confiança na equipa que está de serviço e os portugueses...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Guimarães, tem agora a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado: Deixem-me abordar ainda a questão da responsabilidade política que, e muito bem, o Sr. Deputado Francisco Vieira já aflorou na intervenção que fez.

Mas, afinal, o que é que significa responsabilidade política? A demissão? Abandonar as pessoas? Deixar o INEM sem liderança? Ou resolver os problemas do INEM e das pessoas?

A responsabilidade política avalia-se pelo que a nossa ministra, aqui presente, a nossa Ministra da Saúde, já fez pelo INEM. Entre outras coisas: na proteção do financiamento e dos saldos de gerência; nos recursos humanos, nomeadamente nos salários e nas carreiras dos profissionais; no helitransporte e socorro — aliás, neste momento, temos um dos helitransportes mais eficientes da Europa, e estas palavras não são minhas, são de quem já teve uma ligação muito forte ao INEM, ex-presidentes do INEM e do Dr. Vítor Almeida —; nos equipamentos e viaturas de emergência e de ambulâncias — foram compradas umas dezenas, mas há agora concurso para aquisição de mais de 275 viaturas, ou seja, mais do que nos oito anos do Partido Socialista; na digitalização e inteligência artificial e tempos de resposta dos CODU (centros de orientação de doentes urgentes) e ativação do socorro — lembro que o tempo médio de atendimento, neste momento, está abaixo dos 14 segundos, já não havia memória disto nos últimos anos. E também, obviamente, na eficiência da triagem, nas prioridades, ou seja, os doentes verdadeiramente emergentes agora são, de facto, prioritariamente socorridos e aqueles menos emergentes, obviamente, demoram mais tempo. Mas também na questão dos concursos e formação.

De resto, deixem-me dizer-vos uma coisa: quem poderia ter evitado as greves de que tanto se falou em 2024, no final do dia? Onde está a tão falada responsabilidade política de quem deixou afundar o INEM, atingindo o estado a que chegou em 2024? O Partido Socialista já sei que não vai responder, mas teremos outras oportunidades.

Deixem-me agora dar aqui uma pequena nota ao Chega — não sei se tenho tempo, enfim, tenho aqui 1 minuto, ainda —, a propósito dos três salazares. Muito o Chega defendeu os três salazares.

Vozes do CH: — Oh!…

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Para o Dr. André Ventura não chegava um Salazar, eram precisos três. Invocando o passado, não se esqueçam que antigamente os partos eram feitos em casa, raramente nos hospitais. Era isto que na altura Oliveira Salazar decidiu. Ou seja, não existia o nascimento em ambulâncias, porque todos os partos eram em casa.

Protestos do CH.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E no tempo do Marquês de Pombal, já agora?!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Mas com a democracia e com a reforma materno-infantil, os partos passaram a ser feitos nos hospitais, acompanhados por médicos, enfermeiros especialistas, e muito bem. Claro que nascem alguns bebés em ambulâncias, o que não devia acontecer, porque as grávidas, obviamente, são levadas para os hospitais.

Mas deixem-me dar uma nota antes que o meu tempo acabe. A taxa de mortalidade neonatal, no tempo de Salazar, era de 28 óbitos por 1000 nados vivos — e estamos a falar dos anos 70. Agora, a taxa de mortalidade neonatal é de 2,8 óbitos por 1000 nados vivos. Ou seja, não queremos regressar ao passado. Pensem nisso. Temos é que andar para a frente e resolver os problemas que temos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, peço-lhe só que aguarde 1 minuto. É que há duas inscrições para pedidos de esclarecimento, pelo que estamos a registar a transferência de tempo, 29 segundos do Bloco de Esquerda para o Partido Socialista, embora não tenha tempo para responder.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, e tem 49 segundos para o fazer.

Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Guimarães, este Parlamento já se habituou às suas intervenções, feitas dessa maneira. Já disse, inclusive, «bom, ainda bem que os bebés já não nascem em casa». Ou seja, não nascem em casa, nascem nas ambulâncias, e ficou muito satisfeito com isso. Olhe, eu gostava que os bebés nascessem nas maternidades, que é para isso que servem as maternidades.

Aplausos do CH.

Mas mais, Sr. Deputado, e eu tenho de dizer isto. Falou dos três salazares. Olhe, tenho uma coisa para lhe dizer, Salazar construiu mais hospitais do que o Governo do PSD. Construiu mais hospitais, de certeza absoluta, do que o Governo do PSD.

Aplausos do CH.

Mas depois de todas as propostas do Chega que os senhores têm chumbado, pensei que o Sr. Deputado iria dizer assim: «Eu peço desculpa aos doentes com cancro por a minha bancada parlamentar ter votado contra as baixas pagas a 100 %.» Era isso que o senhor devia ter feito, Sr. Deputado, era isso que devia ter feito, pedir desculpa aos doentes com cancro. E não o fez, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

Não o fez, nem a Sr.ª Ministra respondeu e espero que responda ainda. Portanto, Sr. Deputado, estamos conversados. Nós não somos a claque, somos a inspiração do PSD.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Susana Correia, tem a palavra para fazer um esclarecimento. Tem 14 segundos, faça favor.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Guimarães, eu pensava que até ia fazer alguma nota a algum partido, admiro o seu pingue-pongue na saúde, tem a obrigação de conhecer bem a saúde, mas há uma pergunta neste debate: em dois anos de AD, Sr. Deputado, qual é a medida que elege como a grande medida da governação da AD na área da saúde? Qual é, Sr. Deputado?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, para uma intervenção.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ª Ministra da Saúde, Sr.as e Srs. Deputados: Para sermos sérios e fazermos um verdadeiro diagnóstico daquilo que é o estado da saúde em Portugal, temos de fazer um diagnóstico dos últimos dez anos, os oito do Partido Socialista, em conjunto com outros partidos de esquerda, e estes dois anos da AD.

E qual é o diagnóstico? Aumento! Aumento de seguros de saúde por parte das famílias portuguesas; aumento dos portugueses sem médico de família; aumento das listas de espera para consultas; aumento das listas de espera para cirurgias; aumento da fuga dos médicos e enfermeiros, não só para o privado, mas sobretudo para o estrangeiro; aumento, para o dobro, do orçamento do SNS.

E no que é que resultou? No aumento dos problemas, como acabei agora de demonstrar.

Mas também houve outro aumento, que foi o aumento dos debates sobre o estado da saúde nesta Casa! Já houve uma dúzia ou mais ao longo destas legislaturas. E então, qual é a conclusão? A conclusão é só uma: tirando a Iniciativa Liberal, todos os partidos querem manter o problema, querem manter o modelo que já se demonstrou que não funciona.

Só a Iniciativa Liberal tem a coragem de ter apresentado uma lei de bases da saúde em que põe público, privado e social ao serviço das pessoas.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Não interessa quem é o proprietário e quem gere o edifício, o que interessa é que esteja uma porta aberta e que os portugueses possam resolver os problemas de saúde que têm no momento em que precisam.

Por isso, sim, esta é que é a grande conclusão: falou-se muito de coragem e só há um partido com coragem para resolver os problemas da saúde em Portugal, que é a Iniciativa Liberal, colocando as pessoas, os portugueses, no centro do sistema — e não um modelo que não funciona, um sistema que não funciona e em que já duplicaram o orçamento.

Mandar dinheiro para cima do problema está demonstrado que não resolve. É mesmo preciso um novo modelo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, para uma intervenção, dispondo de 2 minutos e 32 segundos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Até calha bem eu falar na sequência do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, porque a Iniciativa Liberal, mais uma vez, vem defender aquela que é a sua proposta — e é legítimo que o faça.

Há pouco, a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro falava-nos sobre coragem e inconsciência, e, do nosso ponto de vista, inconsciência é querer virar o sistema de saúde de pernas para o ar sem ter qualquer base científica para o fazer.

Protestos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

Porque não se trata de proteger o sistema, Sr.as e Srs. Deputados, trata-se de termos políticas públicas feitas com base em ciência e com base em factos.

Vejamos, os Srs. Deputados falam frequentemente sobre as PPP e de como o Governo da geringonça acabou com as PPP. Ora, desde logo, isso é falso porque duas das quatro PPP não foram terminadas por esse Governo.

Protestos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

Mas também em 2016, quando fez um estudo sobre essas PPP, a Entidade Reguladora da Saúde não encontrou qualquer evidência de que tivessem um desempenho melhor do que os hospitais públicos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Isso é mentira!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É um facto, Sr.as e Srs. Deputados.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Por outro lado, Sr.as e Srs. Deputados, um estudo que já tive várias vezes a oportunidade de referir aqui, que foi publicado na revista *The Lancet Public Health*, sobre «*The effect of health-care privatisation on the quality of care*», chegou a conclusões bastante interessantes, nomeadamente de que os hospitais convertidos de público para privado tendem a aumentar as margens de lucro através da seleção de pacientes mais rentáveis e da redução da dotação do pessoal; o número de enfermeiros, sobretudo os mais qualificados, e de pessoal clínico e não clínico diminui após a privatização; e os estudos mostram uma associação entre o aumento de recurso a privados e o aumento da mortalidade evitável ou tratável, em países como Inglaterra e Itália, o aumento de mortalidade em populações prisionais nos Estados Unidos e o aumento de infeções hospitalares, por exemplo, em Inglaterra.

Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, parece-nos que criticar aquilo que a ciência nos diz é muito pouco avisado, porque sabemos que isto acontece.

Aliás, não é à toa que no país aqui ao lado, em Espanha, tivemos um grande escândalo com o administrador de um grupo privado de saúde que foi apanhado, em gravações de áudio, a dizer que queria selecionar os pacientes e a criticar a realização de atos médicos que não eram rentáveis.

Protestos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

Curiosamente, é o mesmo grupo que gere uma das PPP.

Sr.as e Srs. Deputados, por falar em Espanha, isto também me faz lembrar um estudo que eu estava a ler ontem, divulgado precisamente pelo Governo espanhol, sobre a homeopatia e de como a homeopatia não funciona.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Porque a crença da direita nas PPP é um bocadinho como os medicamentos homeopáticos: até pode parecer que funcionam, mas na verdade é só efeito placebo.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Não, não!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — No fundo, no fundo, é só crendice, Srs. Deputados!

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Muacho, eu achava que não precisava de o ensinar a ler um relatório.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Não sabe ler!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Ir ao ChatGPT dá nisto!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — O relatório das PPP é bastante claro sobre a forma como estavam integradas no SNS e como respondiam de forma mais eficiente às pessoas. Uma forma muito fácil: fale com qualquer pessoa de Braga, de Loures, de Vila Franca ou de Cascais e oiça o que dizem sobre as PPP.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não dizem isso!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Cascais continua com PPP e continua uma desgraça!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Depois, outra coisa que eu gostava de lhe perguntar: sabe quais são os melhores sistemas de saúde do mundo? Têm o mesmo modelo que a Iniciativa Liberal defende.

Aplausos da IL.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não é seguramente a PPP de Cascais!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Não é seguramente assim, Sr.ª Deputada!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Tem de ir lá para ver! Fala do que não sabe!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Tem de passar da A1, para Braga! É que não é bem assim!

O Sr. **Presidente**: — Não tendo mais nenhuma inscrição, vamos passar ao encerramento.
Para intervir, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Ministra, Srs. Membros do Governo: Este debate comprovou, mais uma vez, que a crise que atravessa hoje o SNS não é nem um acidente, nem uma fatalidade. É um problema de más opções ao longo dos anos, acentuado pelas más opções políticas deste Governo.

Em vez de reforçar o serviço público, a AD tem escolhido cortar, fragmentar e abrir caminho para modelos que enfraquecem o SNS. Quem sente isso primeiro são as pessoas: as famílias que percorrem quilómetros para encontrar uma urgência aberta; os utentes que vivem meses em lista de espera ou que não conseguem vaga em cuidados continuados; os doentes oncológicos à espera de cirurgia e sem apoio psicológico; os profissionais de saúde em *burnout*.

Ao longo deste debate, passámos pelos problemas centrais que hoje marcam o SNS, desde a porta de entrada — os cuidados de saúde primários sobrecarregados — até às listas de espera nos cuidados de saúde hospitalares, à falta de camas nas redes de cuidados continuados e paliativos e aos profissionais exaustos que mantêm o sistema a funcionar à custa de horas extraordinárias.

Mas não é só. Temos o problema de um sistema que deveria ser complementar, com o SNS como o pilar da saúde em Portugal, mas que é, na verdade, concorrencial.

O setor privado e o setor social são uma parte importante da saúde em Portugal, mas não podem canibalizar o SNS, sob pena de o SNS desaparecer ou de ficarmos com um sistema para pobres e outro para quem o pode pagar, até que nem um bom sistema para quem pode pagar exista. Mas quando o Livre propõe que, mesmo nessa situação concorrencial, o setor privado que recebe financiamento público tenha a mesma obrigação de reporte de informação que o público tem, os Srs. Deputados chumbam, e o privado continua a saber tudo sobre o SNS sem que o Estado tenha essa informação sobre o privado.

O Livre tem apresentado soluções concretas para o SNS que têm sido sistematicamente chumbadas pelos partidos que apoiam o Governo. O nosso ponto de partida é claro: colocar o utente no centro, aproximá-lo o mais possível das respostas disponíveis.

Um sistema em que a porta de entrada é nas urgências é um sistema que já falhou. Com milhões de episódios de urgência por ano e quase 1,6 milhões de pessoas sem médico de família, não estamos a falar de escolhas individuais, mas de uma ausência generalizada de alternativas.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — O Livre defende um SNS em que cada pessoa tenha uma equipa de saúde de família e em que os cuidados de saúde primários sejam a verdadeira porta de entrada para um percurso de cuidados integrado e articulado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sabemos que existem modelos que funcionam. As USF de modelo B mostram os melhores resultados, com menos custos, menos recursos às urgências e menos internamentos evitáveis. É esse o caminho que o Livre quer generalizar.

Mas nada disto será possível se continuarmos a ignorar a crise dos profissionais de saúde. Hoje, muitos são empurrados para o privado ou para o estrangeiro por más condições de trabalho, carreiras bloqueadas, concursos lentos e recurso permanente a tarefeiros. Isto não é apenas um problema laboral, é uma ameaça à sustentabilidade do SNS e à prestação dos cuidados de saúde em Portugal.

Por isso, o Livre defende que, em 2026, se abra uma negociação séria para a valorização de todas as carreiras da saúde e propõe uma reflexão transversal sobre a motivação e a retenção dos profissionais no SNS e a implementação a sério do programa Regressar Saúde.

Mas se queremos falar seriamente do SNS e do futuro do SNS não nos podemos focar apenas em apagar fogos. Um sistema sustentável não se limita a responder à doença, tem de atuar, antes, sobre os determinantes sociais, ambientais e comportamentais da saúde e envolver as comunidades na definição das respostas.

Hoje, em Portugal, continuamos a gastar a larga maioria dos recursos a tratar o que já podia ter sido prevenido e, enquanto isso, a despesa em prevenção mantém-se muito abaixo da média da OCDE.

Ainda hoje, neste Parlamento, sabendo do enorme problema de dependência do jogo que existe em Portugal, o PSD, a Iniciativa Liberal e o Chega chumbaram a proposta do Livre de limitar a publicidade ao jogo, que hoje está por todo o lado. Quando andamos na rua, estamos rodeados por publicidade ao jogo.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

Isto, Sr.as e Srs. Deputados, é má gestão da saúde pública. É uma falha aos jovens, às famílias, aos cidadãos — é má gestão da saúde pública.

Aplausos do L.

Quando se olha para o futuro, pensamos também na estabilidade dos serviços, e por isso lamentamos as mudanças sucessivas nos cargos de governação do SNS: três diretores do INEM, três diretores executivos do SNS, três Secretários de Estado da Gestão da Saúde, e mais de metade dos conselhos de administração demitidos em dois anos.

É tempo de confiar nas equipas, Sr.ª Ministra, e de lhes dar estabilidade. Sem isso, será muito difícil pedir ao País que confie em si e neste Governo para salvar o SNS.

Para um SNS forte, que cumpre o seu dever constitucional de garantir a todos a proteção na saúde, é preciso seguir um caminho completamente diferente daquele que temos vindo a observar nestes dois últimos anos. É preciso seguir um caminho centrado na promoção da saúde, que coloque as pessoas no centro, que organize os cuidados em proximidade e que use os recursos públicos para fortalecer o SNS, e não para o substituir.

Não é a encerrar serviços ou a concentrar serviços que nós servimos a população. O direito a nascer perto de casa e a ser acompanhado perto de casa é um aspeto essencial de um SNS saudável num país saudável. É com este compromisso que o Livre defende e continuará a defender soluções para que o direito à saúde seja efetivamente uma realidade para todas as pessoas.

Com este debate, Sr.as e Srs. Deputados, o Livre não quis apenas denunciar o estado do SNS; quis também trazer propostas para o consolidar como serviço público, democrático e sustentável. Por isso, fazemos um apelo ao Governo: que se afaste das soluções de curto prazo, assentes em remendos e privatizações, e que assuma um compromisso claro, completamente diferente do caminho que tem seguido, para reforçar os cuidados de saúde primários, centrar as suas políticas públicas na prevenção, valorizar quem trabalha no SNS e democratizar a sua governação.

É isso que hoje significa defender o Serviço Nacional de Saúde, que foi das mais belas conquistas que tivemos depois do 25 de Abril e que temos obrigação de cuidar.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde, também para uma intervenção de encerramento.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Relativamente ao relatório do plano de inverno, que será hoje publicado *online*, numa lógica de transparência, como aqui foi referido, importa salientar que o inverno de 2025-2026 foi particularmente exigente, com a coincidência entre um pico de gripe e episódios de frio extremo. Esta sobreposição traduziu-se num aumento significativo da pressão sobre o SNS, em especial nas urgências, nos cuidados intensivos e nos internamentos, com maior impacto nos grupos mais vulneráveis.

Infelizmente, não estivemos sozinhos na mortalidade que hoje aqui se referiu. Estivemos com França, estivemos com Dinamarca, Itália, Suíça, Irlanda e Espanha.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que alegria!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Exatamente porque o inverno foi muito duro para todos, criou uma pressão enorme em todos os sistemas de saúde.

A este contexto, somaram-se intempéries que provocaram cheias e danos materiais relevantes em várias regiões do País, exigindo uma resposta rápida e coordenada entre o Ministério da Saúde e o Serviço Nacional de Saúde. As ULS mais afetadas demonstraram resiliência e capacidade de resposta, com a sua gestão e com os seus profissionais, garantindo a continuidade dos cuidados em condições particularmente adversas.

Importa destacar a coordenação entre a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, as ULS, o INEM, a DGS (Direção-Geral da Saúde), o INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge), o SUCH (Serviço de Utilização Comum dos Hospitais) e o Ministério da Saúde, o que permitiu, como verão neste relatório, uma resposta integrada e eficaz.

O modelo de governação do plano de inverno revelou-se adequado, assegurando acompanhamento permanente e ajustamentos operacionais atempados, e é a primeira vez que um relatório sobre o plano de inverno vai ser publicado desde que nos lembramos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A isto chama-se transparência.

No plano assistencial, a linha SNS 24 teve um papel central na gestão da procura, encaminhando cerca de 46 % dos utentes para os cuidados de saúde primários, 41 % para as urgências e 5 % para o INEM, num contexto em que os serviços de urgência ultrapassaram, Sr.as e Srs. Deputados, os 10 000 episódios.

Em síntese, apesar da elevada pressão e dos eventos extremos, o SNS demonstrou capacidade de resposta e coordenação, com destaque para a linha SNS 24, o INEM, os cuidados de saúde primários e o papel estruturante do SUCH, garantindo a resiliência global do sistema.

Sr.as e Srs. Deputados, ao longo destes dois anos de governação, a área da saúde tem procurado responder a fragilidades estruturais que se foram acumulando ao longo do tempo, enquanto se iniciam reformas que são necessariamente complexas e de execução gradual. Não se trata de um caminho concluído nem de um sistema resolvido, mas sim de um processo em curso que exige persistência, correção contínua e capacidade de adaptação.

Quero referir, mais uma vez, que o SINACC estará pronto para arrancar daqui a quatro meses, a 1 de agosto, com a migração do atual SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia). Começaremos com as cirurgias, passando assim para um sistema mais próximo do utente, onde cada cidadão poderá acompanhar o seu percurso e conhecer exatamente a sua posição na lista de espera, num modelo mais transparente de contratualização, mais eficiente e mais centrado nas pessoas.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Quando não é possível garantir a resposta dentro do tempo adequado, o utente pode, sim, ser encaminhado para outras entidades do Serviço Nacional de Saúde, públicas ou do setor social ou privado, sempre com o seu consentimento, perante a sua liberdade de escolha e com critérios claros de equidade.

Digo também aos Srs. Deputados e às Sr.as Deputadas que o novo pacote do medicamento que foi recentemente aprovado — de que, aqui, hoje ninguém falou, mas que é muito importante —, em Conselho de Ministros, faz evoluir o nosso sistema de avaliação de medicamentos e dispositivos médicos, o SiNATS (Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde), para um sistema mais ágil, transparente e rigoroso — e já falarei um bocadinho de homeopatia, mas aqui não avaliamos medicamentos homeopáticos —,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois é!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … alinhado com o regulamento europeu de avaliação das tecnologias de saúde, reforçando a integração de Portugal nas avaliações clínicas e conjuntas a nível europeu.

Quero dizer também que, no que respeita aos profissionais de saúde e à modernização do sistema, foram dados passos relevantes na valorização das carreiras, como já foi dito, e no reforço do investimento em infraestruturas, com hospitais que foram lançados e que estão em concurso.

Sr.as e Srs. Deputados, o compromisso do Governo é precisamente esse: continuar a reformar, corrigir o que não está bem, reforçar o Serviço Nacional de Saúde como um sistema público e universal mais justo, mais eficiente, mais próximo das pessoas, e evoluir de uma vez por todas para um verdadeiro sistema nacional de saúde.

Apesar de não desvalorizarmos os barómetros, não confundimos popularidade com responsabilidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — É por isso que não desistimos, porque os portugueses nos escolheram para governar — não para fugir, não para desertar, não para arranjar desculpas, mas para assumir responsabilidades pelas reformas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Assumir é ficar, é cumprir. Não é salvar o SNS, porque ele não precisa de ser salvo,…

O Sr. **Paulo Núncio** (PSD): — Claro!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … mas sim reforçar o SNS para salvar os portugueses nas próximas décadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, Srs. Deputados, reformar com coragem não é com medidas homeopáticas, não é com placebos; é com comparadores ativos.

Podem contar connosco, portugueses e portuguesas. Vamos continuar!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos dos Deputados do PS Miguel Matos e Susana Correia.

O Sr. **Presidente**: — Com a intervenção da Sr.ª Ministra, termina esta nossa interpelação ao Governo.

Lembro que a nossa sessão de amanhã começa às 15 horas e que já se encontra devidamente distribuída e disponível para consulta, nos suportes institucionais da Assembleia da República, a respetiva a ordem do dia.

Despeço-me dos Srs. Ministros, dos restantes membros do Governo e de VV. Ex.as, as Sr.as e os Srs. Deputados.

Até amanhã.

Eram 17 horas e 49 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.